



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 14/2025/DAOA-AM

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 30 de junho de 2025, aprovada na sessão ordinária de 19 de setembro de 2025. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 22 de setembro de 2025. --

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



ATA N.º 26 – No dia 30 de junho de 2025, reuniu, às 20 horas e 55 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, integrando ainda a Mesa a Secretária da mesma, Ana Patrícia Bastos da Cunha, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Atas N.º 25 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2025 -----**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**
- 3 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município – 2024 -----**
- 4 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes -----**
- 5 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2025 -----**
- 6 – PAC – Programa de Apoio à Cultura / Alteração do Regulamento**
- 7 – Atribuição de subsídio extraordinário à Freguesia de Lourosa para reparação de danos no Cemitério de Lourosa -----**
- 8 – Apoio financeiro extraordinário à Freguesia de Fiães para obras de reabilitação e adaptação do edifício da Casa da Cultura -----**
- 9 – Atribuição de apoio à Freguesia de Escapães / Proposta de revogação -----**
- 10 – Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA**
 - Relatório de contas e gestão/relatório de exploração (2024) ---**
 - Atas das reuniões do conselho de administração e assembleia geral -----**
 - Certidão da conservatória do registo comercial -----**
- 11 – Relatório anual emitido pela Comissão de Acompanhamento da Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento (2024) -----**
- 12 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----**



- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Mónica Dias Ferreira, por ter atingido o limite de mandatos (designada por deliberação de 29/04/2016).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Márcio Santos Correia).-----
Não estiveram presentes os Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira e Mário Jorge de Castro Reis. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes, bem como aqueles que assistiam à sessão por via on-line. Anunciou que a sessão estava a ser transmitida em direto e por via remota, pressupondo o consentimento dos eleitos para esse efeito. Informou ainda que iria circular uma declaração destinada a ser assinada pelo público presente, com o intuito de recolher o respetivo consentimento, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).-----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Secretário da Mesa da Assembleia, Ricardo Leite de Oliveira, estar presente nesta sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa. Convidou o grupo municipal do PS a indicar um membro para o efeito, tendo sido indicado o membro Marco António Gomes Gonçalves, o qual integrou a Mesa.-----

De seguida, informou que os membros Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Rodolfo Antero Oliveira Castro (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Tiago de Oliveira Paiva (BE) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU),



comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Susana Silva: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva, -----
- Rodolfo Castro: substituído pelo Jorge Paulo das Neves Pereira *(o qual entrou no decorrer da sessão)*, -----
- Jorge Ferreira: substituído pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas, -----
- Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*, -----
- Carlos Cunha: substituído pelo Luís Nuno Oliveira Vieira *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – João Paulo Oliveira Vidal, Isabel Cristina Pereira de Sousa Gomes, Maria Miguel Sá Tavares Lopes e Bruno Miguel Ferreira Marques – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão)*. -----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Arrifana: Ricardo Leite de Oliveira (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Rui Miguel Correia de Sá; -----
- Lourosa: Armando de Fontes Teixeira (PSD) – delegou a representação na Vogal do Executivo: Ambrosina de Oliveira Coelho de Azevedo; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 41 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----
Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----



Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Rui Miguel Correia de Sá; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Ambrosina de Oliveira Coelho de Azevedo; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares,-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Luís Nuno Oliveira Vieira; -----

Independente (IND): Miguel Branco Santos Alves.-----



Entraram no decorrer da sessão: Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Jorge Paulo das Neves Pereira (PSD), Rosa Maria Pinto da Silva (PS), Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos (PSD), Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Milheirós de Poiares – Manuel António Martins de Melo (Independente - IND), Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa (PSD), e São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa (PSD).-----

Faltaram à sessão, sem serem substituídos: os Presidentes das Juntas de Freguesia de Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD); Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios (PS); São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade (PS).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 30 de abril de 2025, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu este período, deu nota da existência de um voto de pesar, proposto pelo grupo municipal do PS, pelo falecimento de Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro, o qual passou a ler e que, seguidamente, se transcreve: -----

“Faleceu no passado dia 15 de maio, em Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, aos 83 anos de idade, Manuel Afonso Silva Strecht Monteiro. -----

Nascido a 17 de maio de 1941, no Porto, Strecht Monteiro, frequentou a



escola primária da então Vila da Feira e a faculdade de medicina de Coimbra. Médico de profissão, entre muitos outros cargos de relevância, foi deputado à Assembleia da República, presidente da junta de freguesia de Fiães, candidato à presidência da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, vereador e deputado municipal eleito pelo partido socialista e presidiu à Comissão Instaladora do Hospital de Santa Maria da Feira, onde deixou sempre expresso o seu inabalável compromisso com os valores da Democracia, da justiça social e participação cívica.-----

Foi ainda presidente da Associação dos Médicos da Carreira Hospitalar da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos e dirigente de vários serviços hospitalares na área da obstetrícia e ginecologia.-----

Em maio de 1972 foi nomeado médico dos cuidados básicos do Centro de Saúde de Vila da Feira, onde se manteve até 1976. Em outubro de 1975 foi nomeado delegado de saúde e diretor do referido Centro de Saúde. De janeiro de 1972 a maio de 1973 integrou corpo clínico do Hospital Distrital de Ovar onde desempenhou o cargo de médico do serviço de urgência.-----

Combatente Anti-Fascista, defensor dos direitos das mulheres, lutador fervoroso pela democracia e pela liberdade, teve uma vida profissional dedicada ao Serviço Nacional de Saúde, numa ação sempre guiada pelo espírito de serviço público, pela proximidade às pessoas e por uma paixão genuína por um Portugal mais justo e solidário.-----

Strecht Monteiro, foi um lutador incansável pela democracia, pela liberdade e pelos direitos humanos. Defendeu com coragem os mais vulneráveis, combateu a desigualdade e esteve na linha da frente de batalhas fundamentais para o nosso país. -----

Entre as inúmeras causas que abraçou, destaca-se o seu papel como deputado à Assembleia da República na VII legislatura, determinante na aprovação da Lei da IVG. Foi um avanço civilizacional que ele defendeu com firmeza, enfrentando resistências, mas sempre com um mesmo objetivo: tornar o país mais justo e mais livre. -----



O Dr. Strecht Monteiro, deixa uma importante marca, pela sua intervenção ética, cívica, profissional e política.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2025, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Manuel Afonso Silva Strecht Monteiro e expressa sentidas condolências aos seus familiares.” -----

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer que também a Câmara Municipal declarou o luto municipal aquando do falecimento do Dr. Strecht Monteiro razão pela qual se associa ao voto de pesar, apresentado pelo PS.-----

Interveio o membro **Nuno Vieira** (CDU) que disse que a CDU manifesta solidariedade com o voto de pesar do PS e expressa o seu enorme pesar pela morte do Dr. Manuel Afonso Strecht Monteiro, ilustre médico e democrata, com quem sempre manteve a mais cordial relação de amizade. -----

Referiu que gostaria, no entanto, de acrescentar algumas notas, sublinhando a atividade política que lhe foi reconhecida durante o fascismo, nomeadamente, no movimento estudantil em Coimbra, onde desempenhou um papel ativo na crise Académica de 69, bem como o importante papel na democratização do Concelho, logo após o 25 de Abril. Aludiu ainda às ao facto de ter sido, várias vezes, candidato às eleições autárquicas integrando, em dezembro de 1979, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira como vereador pela APU-Aliança Povo Unido, coligação do PCP e do MDP/CDE, desenvolvendo um intenso trabalho cultural. -----

Salientou que, em dezembro de 1981, encabeçou a lista da APU, nas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Fiães, foi eleito presidente e a APU, pela primeira vez, aí obteve a maioria absoluta. -----

Deu nota que o Dr. Strecht Monteiro foi eleito Deputado, nas listas do PS, nas eleições legislativas de 1995, e participou na redação da lei que alterou



a interrupção voluntária da gravidez. Acrescentou que, em 1997, como presidente da comissão instaladora do Hospital de São Sebastião, em Santa Maria da Feira, o primeiro instituto público na área hospitalar no nosso país, concretizou a antiga luta pela criação de um hospital público em Santa Maria da Feira.-----

Concluindo, disse que Manuel Strecht Monteiro foi sempre um lutador, numa defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde, assim como se empenhou noutras causas justas, como a defesa da Constituição de Abril e a luta pela paz, razão pela qual será sempre recordado com saudade. -----

Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 41 votos a favor (PSD:24, PS:12, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:1 – Miguel Branco), aprovar o voto de pesar em referência. De seguida, foi guardado um minuto de silêncio. -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto:-----

“A Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro. -----

Homem de causas, médico dedicado e cidadão empenhado, Manuel Strecht Monteiro foi uma referência ética e cívica que deixa uma marca na vida pública do nosso concelho e do país. -----

Neste momento de dor, dirigimos os nossos sentimentos a todos os familiares, militantes e simpatizantes do Partido Socialista, onde militou, bem como a todos os democratas e amigos que com ele partilharam lutas e ideais firmes ao longo das décadas. -----

Recordamos com particular carinho e respeito o seu papel no combate pelo direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez – uma causa pela qual se bateu com coragem, garra e empatia, sendo uma voz fundamental



para a despenalização do aborto em Portugal. -----

Defensor aguerrido do Serviço Nacional de Saúde, que considerava um pilar fundamental da democracia portuguesa. Participou em diversas iniciativas promovidas pela esquerda parlamentar em defesa do SNS, onde a sua experiência profissional e o seu compromisso com a saúde pública deram um contributo inestimável à causa de um sistema de saúde universal, gratuito e de qualidade para todos. -----

Foi ainda com convicção e espírito de diálogo que se manteve presente na vida política, tendo inclusive apoiado publicamente a candidatura de Marisa Matias à Presidência da República em 2021, gesto que simboliza o seu compromisso com os valores da pluralidade democrática, da justiça social e da liberdade. -----

Strecht Monteiro foi um homem nobre que honrou a República, a democracia e a sua profissão. A sua memória será sempre exemplo de dedicação à causa pública e à dignidade da pessoa humana.” -----

Posto isto, prosseguindo os trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia informou da existência de 1 moção e 2 recomendações que, nos termos regimentais, foram recebidas pelos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviadas, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra ao proponente destes documentos para fazer a apresentação dos mesmos. -----

Entraram os membros Maria de Fátima Oliveira e António Valdemar Ribeiro.

Interveio o membro **Jorge Silva** (PSD), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO E DO VOLUNTARIADO-----

É um lugar comum, quando chegamos a esta altura do ano, elogiar o papel essencial que os Bombeiros desempenham no socorro a pessoas e bens. O



Município de Santa Maria da Feira e bem, tem reforçado o seu apoio às 3 corporações concelhias (Arrifana, Feira e Lourosa), bem como à Cruz Vermelha de Sanguedo. E a verdade é que o nosso Concelho, muito pelo trabalho exemplar destas 4 instituições, tem visto o socorro funcionar sem sobressaltos e de forma muito eficaz. -----

Acreditamos ainda assim, que podemos e devemos reconhecer o trabalho e dedicação na proteção da vida, ambiente e património. Mesmo que simbolicamente, devemos reconhecer o esforço e coragem dos Bombeiros e do Voluntariado. -----

Assim, propomos à Camara Municipal de Santa Maria da Feira a realização de um Dia Municipal do Bombeiros e do Voluntariado, um dia em que se reconheça o trabalho diário das três Corporações de Bombeiros Concelhias e da Cruz Vermelha de Sanguedo, em que se enfatize o papel dos Bombeiros e do Voluntariado na proteção da vida, ambiente e património, e em que celebremos a segurança que nos é prestada pela ação destas 4 instituições. Acredito que o Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado é mais uma oportunidade para que a Comunidade se congratule e reconheça o trabalho incansável destas mulheres e destes homens, que não regateiam esforços para garantir a defesa de pessoas, de bens e da natureza, com enorme sacrifício pessoal e familiar. -----

Pelo que, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----
Recomendar à Câmara Municipal a realização anual de um Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado, dia que servirá para reconhecer o trabalho diário de mulheres e homens das Corporações de Bombeiros de Arrifana, Lourosa e Santa Maria da Feira e da Cruz Vermelha de Sanguedo em que celebremos a segurança que nos é prestada pela ação destas 4 instituições e por todos que de forma tão nobre as representam.”-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----



“CRIAÇÃO DE MONUMENTO DE HOMENAGEM AOS COMBATENTES DO CONCELHO
FALECIDOS NA GUERRA DO ULTRAMAR -----

Ao abrigo das competências regimentais e estatutárias da Assembleia
Municipal, e no cumprimento do dever de memória e justiça histórica, venho
por este meio apresentar a seguinte proposta de recomendação: -----

Considerando que: -----

1. A Guerra do Ultramar (1961–1974) envolveu centenas de milhar de
cidadãos portugueses, muitos dos quais naturais do concelho de Santa
Maria da Feira;-----

2. Vários combatentes feirenses, tombaram em serviço da Pátria durante
esse conflito, em diferentes teatros de guerra (Angola, Moçambique, Guiné,
entre outros);-----

3. Até à presente data, não existe no concelho de Santa Maria da Feira um
monumento ou memorial coletivo que preste homenagem explícita aos
combatentes locais falecidos nesse contexto;-----

4. A memória e o reconhecimento público dos que sacrificaram a vida ao
serviço do país são um imperativo cívico, histórico e institucional; -----

5. Outros municípios portugueses já erigiram memoriais semelhantes,
promovendo o respeito e a consciência histórica das novas gerações; -----

Recomendo, ao abrigo do presente ponto, que: -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibere recomendar à
Câmara Municipal a criação de um monumento de homenagem a todos os
combatentes do concelho falecidos na Guerra do Ultramar, devendo este
monumento:-----

- Ser erigido num local digno e de fácil acesso público, em articulação com
as juntas de freguesia, associações de antigos combatentes e familiares;----

- Incluir os nomes dos combatentes conhecidos que perderam a vida durante
a Guerra do Ultramar, salvaguardando critérios de rigor histórico e
documental; -----

- Ser enquadrado num processo participativo e institucional, promovendo



uma cerimónia de inauguração com presença da comunidade e representantes militares.-----

Esta proposta visa honrar a memória, promover a coesão cívica e garantir que o sacrifício destes cidadãos não seja esquecido.”-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

A análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, torna claro e manifesto que as políticas nacionais de harmonização de preços no serviço de abastecimento de água têm falhado consecutivamente. São cada vez mais as assimetrias cavadas entre aquilo que é cobrado às famílias em cada município. E, se há uma década a tendência era já notória, tornou-se ainda mais evidente nos últimos três anos.-----

Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas implementar a Tarifa social automática na fatura da água. -----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência.-----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao



universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido.-----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia.-----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10.-----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento.-----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.-----



No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2025, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

Submetidos os documentos a discussão, interveio o membro **Nuno Vieira** (CDU) que, aludindo à recomendação do PSD, sobre a criação do Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado, disse que a votará favoravelmente porquanto todo o apoio que se possa dar aos bombeiros e outras forças semelhantes é pouco, pela ajuda que dão às populações. -----

Em relação à recomendação do CDS-PP sobre o monumento de homenagem aos ex-combatentes, ressaltou que num mundo em permanente sobressalto, a CDU receia que, daqui a alguns anos, alguém esteja a propor a construção de um monumento em memória dos combatentes portugueses que foram vítimas em guerra alheia, porque a NATO, a União Europeia e os Estados Unidos da América assim o quiseram. Referiu que, por isso, e pelas memórias que transportam, a CDU não pode estar de acordo com esta iniciativa, comentando que a guerra colonial deixou feridas abertas no povo português, mortos, mutilados, famílias destruídas e um país economicamente debilitado. Referiu que, quando se fala em investir mais na guerra do que no desenvolvimento, é crucial recordar o passado e o preço que Portugal pagou por isso. Salientou que a NATO e as potências globais



investem em armas, mas quem paga o preço são os povos, questionando quantas vidas se salvariam se se investisse em diálogo e em cooperação, em vez de armas.-----

Disse não ser possível ficar indiferente ao genocídio perpetuado em Gaza pelo “governo sionista de Israel”, com a agressão de Israel ao Irão, com a ocupação por Israel do território libanês e sírio, com a agressão dos Estados Unidos ao Irão, tudo isto em clara violação dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional. -----

Realçou que a paz não é só a ausência de guerra, é justiça social, é investimento em educação, saúde, habitação acessível, segurança social, salários, reformas e pensões dignas. Concluindo, sublinhou que a guerra colonial provou que a guerra só traz sofrimento e atraso, pelo que a memória dos que caíram deve servir de alerta e que a paz é o único caminho. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que, em relação ao voto de pesar ao Dr. Strecht Monteiro, referiu que, obviamente, a IL se associa ao voto, pelo seu exemplo na política, na saúde e na medicina, assim como na cultura. Acrescentou que, tendo tido o privilégio de ter trabalhado com ele no contexto da vida autárquica, quer deixar um gesto de profundo respeito e de memória, sublinhando a forma exemplar como se dedica à causa pública e a inspiração que será para as gerações vindouras. -----

Relativamente ao Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado, afirmou estar de acordo, destacando o bombeiro e todo o trabalho de voluntariado que se faz no Concelho. Mencionou que a ideia do Dia Municipal é, para a IL, algo simbólico, pois seria bom que todos os dias fossem dias de respeito, o qual passa não só pelas homenagens, mas também pela prevenção e facilitação do trabalho dos bombeiros. Reforçou que a IL se associa a essa recomendação da Câmara, recordando que a própria Assembleia é um órgão que o pode fazer, assim como criar momentos e espaços, realizar sessões especiais ou temáticas sempre que o entender. -----



Sobre a criação do monumento de homenagem aos combatentes feirenses falecidos na Guerra do Ultramar, referiu a intervenção feita pelo representante da CDU, que o antecedeu, como legítima, no sentido de ser uma forma democrática de interpretar aquilo que é a proposta, mas que lhe parece gerar confusão entre aquilo que são as opções dos Estados, em cada momento, e aquilo que é a geopolítica internacional. Entende que o objetivo da proposta, é homenagear feirenses que combateram, que faleceram em combate, por causas que não escolheram combater, afirmando que quem viveu esse período tem estas memórias. Continuou dizendo que querer fazer da proposta uma causa ideológica à escala da geopolítica internacional, face ao objetivo da mesma, parece-lhe desajustado, constituindo uma opção legítima, a qual respeita, concluindo que a luta pela liberdade passa, exatamente, por respeitar as ideias dos outros. Neste contexto, pretende destacar os Mártires da Liberdade e o combate que foi feito a favor das ideias da liberdade, das ideias liberais e daquilo que é, hoje, a Constituição Portuguesa. Apontou, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas e Bernardo Francisco Pinheiro, afirmando que o primeiro não sendo feirense, mas tendo exercido funções como Juiz de Fora, na defesa da liberdade, foi com 26 anos, foi alvo de uma sentença de morte, por enforcamento, tendo a sua cabeça sido exposta na Vila da Feira, em maio de 1829. Recordou que Bernardo Francisco Pinheiro, nasceu em São João de Ver, e que foi Capitão de Ordenanças da Feira, assumindo um papel relevante de resistência às invasões francesas, foi vereador da Câmara Municipal da Vila da Feira, e que também, pela mesma causa e com 60 anos, foi condenado à morte, enforcado e exibida a sua cabeça na Vila da Feira.-----

Aludindo ao momento em que se vive de alguma ameaça à democracia, afirmou ser muito importante celebrar aqueles que lutaram por aquilo que herdamos, que são os valores fundamentais, nomeadamente, o da liberdade de expressão. Com este enquadramento, disse querer dar uma nota aos serviços municipais afetos à área da Cultura, comentando que o Município



de Aveiro, recentemente, fez um conjunto de celebrações associadas ao tema das Marchas da Liberdade, e que, segundo sabe, em Santa Maria da Feira não há ruas nem monumentos, nem qualquer simbolismo que celebre a vida daqueles que lutaram pela nossa liberdade. -----

Por último, aludiu à tarifa social de água, dizendo que a IL considera ser uma causa justa, mas reitera que não se revê no teor da proposta. Salientou que, não vendo nada contra a atribuição automática da tarifa social da água, se assim o Município o entender, a IL, não podendo subscrever na totalidade a proposta, também, não votaria contra. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por dizer que o BE acompanha o voto de pesar trazido pelo PS, porquanto, o Dr. Strecht Monteiro foi um homem nobre que honrou a República e a democracia, comentando que o seu ADN permanecerá no Concelho. Deu nota que os órgãos, nacionais e locais, do BE apresentam, assim, a maior solidariedade com os familiares, camaradas e amigos, a qual será expressa na declaração de voto, a apresentar, por escrito, à Mesa. -----

Sobre a proposta do CDS-PP, disse que o BE a acolhe, pois acredita que se deve ser solidário com as vítimas de qualquer guerra, seja ela conduzida por um regime fascista, seja uma guerra que faz vítimas de um regime fascista, recordando as pessoas que morreram nas colónias de Portugal e o momento histórico que se atravessa. Reforçou que se o CDS-PP defende a paz, e é contra as mortes em contexto de guerra, salientando que os direitos humanos se aplicam a todos, quer no que diz respeito a essa guerra do passado, quer no que diz respeito às guerras atuais, como na Palestina e Ucrânia. Ressaltou o valor da coerência histórica, lamentando as mortes em geral, comentando que não se pode ignorar o genocídio a decorrer como fez o CDS-PP no seio desta Assembleia Municipal e aproveitando para pedir ao CDS-PP nesta Assembleia, já que se preocupa com as mortes da Guerra do Ultramar, que informe o seu Ministro que comprar mais armas conduz à



guerra e esta conduz a mais mortes. Finalizou dizendo que é preciso fazer escolhas e que o CDS-PP tem de fazer a sua.-----

Sobre a proposta do PSD, referiu ser justo reconhecer o esforço que os bombeiros fazem no Concelho, pelo que o BE concorda a 100%, contudo, crê que uma homenagem se faz com direitos, com políticas sérias, com propostas concretas para estas pessoas. Registou que, em 2016, no seio deste órgão, o BE propôs um regulamento que previa apoios, descontos e reforço de direitos, mas que toda a Direita votou contra, pelo que se devia exigir mais coerência por parte do PSD.-----

Recordou que, no passado, se viu o concelho a arder, depois regressou o eucalipto, e, portanto, o que se está à espera é que ele volte a arder, ressaltando que sem um ordenamento, sem uma estratégia, o executivo camarário continuará a falhar ao desígnio justo e digno que estes bombeiros têm. Concluindo, reforçou que homenagear é, também, cuidar do território, é prevenir, pelo que não pode deixar de considerar caricato que se queira homenagear sem dotar estas pessoas dos necessários recursos. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS se associa à recomendação sobre o Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado. Contudo, lembrou que foi falado, em sede desta Assembleia, sobre a necessidade de criar mais equipas de intervenção permanente (EIP) para as três corporações de bombeiros do Concelho, tendo, então, o Sr. Presidente de Câmara dito que esse trabalho de reforço seria feito, comentando que este é o momento certo para dar meios e tornar a proteção civil do concelho uma marca muitíssimo importante. Salientou que, sendo conhecido o diagnóstico do Concelho, e uma vez que existe o feedback das três corporações de bombeiros, no sentido de que há ainda caminho para fazer nesta área, é uma oportunidade a não perder.----
Sobre a recomendação do CDS-PP à Câmara, comentou que se poderia passar toda esta sessão a discutir o tema bem como os termos utilizados,



solicitando ao Executivo que caso venha a criar uma homenagem a uns, não deixe outros de fora. Acrescentou que a história do Concelho e dos muitos que combateram, em determinados momentos históricos, é motivo de honra para todos.-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que, aludindo à moção do BE sobre a atribuição automática da tarifa social da água, disse que o BE tem insistido e persistido nesta discussão, em todas as sessões, e o PSD também persiste na defesa do seu entendimento sobre a matéria, dando nota que o grupo municipal do PSD votaria contra. -----

Quanto à recomendação do CDS-PP com vista à criação de um monumento em honra dos combatentes feirenses falecidos na Guerra do Ultramar, comentou que esses soldados feirenses combateram numa guerra para a qual foram chamados, pois, na altura, o serviço militar era obrigatório. Sem querer discutir o mérito dessa guerra e sendo indiscutível que nela faleceram feirenses, informou que o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente, solicitando aos serviços camarários que estudem o local e a melhor forma de o fazer.-----

Em relação aos comentários sobre esta matéria deduzidos pelos representantes da CDU e do BE, disse considerar que foram despropositados, porquanto, o representante da CDU falou de tudo, mas não lhe interessou falar da invasão da Ucrânia, e que o representante do BE também falou de tudo, incluindo da Ucrânia, mas fugiu do tema. -----

Relativamente à recomendação trazida pelo PSD sobre a realização do Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado, disse ser justa e que deve acrescer ao apoio financeiro municipal, por ser um dia dedicado a reconhecer homens e mulheres que contribuem para que a população esteja mais segura, protegendo-a dos incêndios e transportando doentes, entre outras valências. No que concerne ao voto de pesar apresentado pelo PS, disse que o Dr. Strecht Monteiro foi um político de enorme valor, inestimável, um político



dos antigos, como se costuma dizer, e, portanto, o grupo municipal do PSD não podia ficar de fora deste voto de pesar, aproveitando para apresentar as sentidas condolências à família, ao Partido Socialista e a todos os feirenses.

Entretanto, tinham entrado os membros Avelino Costa, Manuel Melo, Rosa Silva, Manuel Santos e Jorge Paulo Pereira. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– Recomendação (PSD): “*Dia Municipal do Bombeiro e do Voluntariado*” -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar a recomendação em referência. -----

– Recomendação (CDS-PP): “*Criação de Monumento de Homenagem aos Combatentes do Concelho falecidos na Guerra do Ultramar*” -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, CDS-PP, IL, IND: 2), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE), aprovar a recomendação em referência. -----

– Moção (BE): “*Atribuição automática da Tarifa Social da Água*” -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (PS: 14, BE), 29 votos contra (PSD: 28, IND:1 – Miguel Branco) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CDU, IND: 1 – Manuel Melo), rejeitar a moção em referência. --

Saiu o membro Minervina Rocha. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia disse haver, excecionalmente, mais uma recomendação a considerar, esta emanada da Comissão Permanente, a qual passou a ler: -----



“COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE SANTA MARIA DA FEIRA
O Relatório de Atividades da CPCJ de Santa Maria da Feira relativo ao ano de 2024 revelou uma realidade operacional preocupante, com sinais evidentes de sobrecarga de trabalho da comissão restrita e consequente desgaste físico e emocional da equipa técnica. -----

Apesar de as responsabilidades estarem legalmente distribuídas por várias entidades, torna-se evidente a necessidade de reforço da cooperação institucional e do alinhamento entre os diferentes agentes com responsabilidade na proteção das crianças e jovens, nomeadamente a CPCJ, a Câmara Municipal, a Segurança Social, a Comissão Nacional e as entidades dos setores da Educação e Saúde. -----

Durante a sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2025, aquando da apresentação do relatório, a situação motivou uma manifestação de preocupação por parte de vários grupos municipais, culminando no pedido de uma reunião extraordinária da Comissão Permanente. -----

A referida reunião, presidida pela Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, Dr.^a Cristina Tenreiro, teve lugar a 3 de junho de 2025 e contou com a presença dos membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal (com exceção da CDU), do Sr. Vereador Vítor Marques e Diretora e Chefe de Divisão da Área Social, Dr.^a Manuela Coelho e Dr.^a Catarina Ferreira, a D.^a Rosane Ferreira, Presidente da CPCJ e a Dr.^a Paula Machado, representante do Ministério da Educação na CPCJ. -----

Durante a reunião foram abordadas as várias problemáticas. Apesar do reconhecimento de que a Câmara Municipal tem procurado assegurar o cumprimento das suas obrigações legais, no que toca à disponibilização de apoio administrativo, a comissão permanente manifestou preocupação com o processo de substituição dos Recursos Humanos afetos a esta função, tendo-se traduzido na indisponibilidade deste apoio durante a maior parte do ano de 2024. Adicionalmente, todas as entidades presentes salientaram



a disponibilidade manifestada pelo atual Presidente da Câmara, que se reuniu com a comissão e demonstrou total abertura para procurar soluções no quadro das competências e recursos disponíveis – tendo disponibilizado mais três pessoas para ajudarem, um apoio administrativo e dois técnicos superiores, sendo que apenas falta colocar uma pessoa que está na iminência de ser colocada. -----

Contudo, persistem dificuldades operacionais significativas cuja resolução depende de uma intervenção mais estruturada por parte dos ministérios com tutela nas áreas da Segurança Social, Educação e Saúde, bem como da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. -----

Nessa reunião, ficou claro que: -----

A resolução dos constrangimentos da CPCJ exige medidas que vão além do âmbito municipal; -----

O reforço de recursos humanos, técnicos e logísticos carece de ação célere por parte das entidades centrais; -----

Persistem falhas de comunicação e articulação entre a CPCJ, a Câmara Municipal, as entidades que integram a rede social concelhia, e as entidades da administração central, o que compromete a resposta integrada às situações de risco. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2025, delibera recomendar: -----

À Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, e aos Ministérios da Solidariedade e Segurança Social, da Educação e da Saúde: -----

1. Que promovam, com urgência, o reforço de meios humanos e técnicos da CPCJ de Santa Maria da Feira, ajustado ao volume e à complexidade dos processos; -----

2. Que garantam a estabilização das equipas de intervenção local, assegurando que as IPSS e os serviços públicos dispõem dos recursos



necessários à participação ativa na rede de proteção; -----

3. Que melhorem a articulação entre os serviços desconcentrados da administração central, a CPCJ e os parceiros locais, criando canais claros e eficientes de comunicação e cooperação; -----

À Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

4. Que continue a assegurar o cumprimento das obrigações legais no apoio à CPCJ, procurando responder com uma postura proativa e colaborativa às dificuldades operacionais que vão surgindo; -----

5. Que continue a assegurar o apoio técnico extra garantido pelo Presidente de Câmara, este ano, de forma a mitigar os constrangimentos de recursos humanos consequentes do incumprimento de outros parceiros; -----

6. Que promova uma comunicação clara, concisa, contingente e centrada na resolução de problemas, criando um canal de comunicação próprio e transparente com a CPCJ de forma a evitar quaisquer dúvidas ou atrasados no processo de apoio às crianças e jovens, e, simultaneamente garantir uma melhor fiscalização e transparência; -----

7. Que continue a reivindicar junto das entidades responsáveis dos subsistemas da educação, saúde e segurança social o cumprimento das suas obrigações para com a CPCJ de Santa Maria da Feira.” -----

A Comissão Permanente.” -----

Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar a recomendação em referência. -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

“Reconhecemos que a situação da proteção de jovens e crianças no Concelho precisa de ser dotada de todos os recursos e meios necessários e este documento é um primeiro passo para que isso aconteça. Fazamos tudo o



resto.”-----

Entrou o membro Eva Costa.-----

Reentrou o membro Minervina Rocha.-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Miguel Branco.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a intervenção que está a decorrer no loteamento de Vinhais, com especial foco nas ruas da Liberdade e Nossa Senhora da Saúde. Referiu que já esteve no local e reparou que estão a ser realizadas obras de pavimentação, reconhecendo o mérito da obra. Expressou, no entanto, grande preocupação quanto à omissão grave da instalação de ramais domiciliários de água e saneamento, eletricidade e gás, essenciais para as futuras construções previstas no alvará do loteamento. Informou que consultou o Mirante, site municipal, verificando que várias edificações estão previstas para os lotes e, se assim é, como se justifica avançar para uma pavimentação definitiva sem garantir as demais condições e infraestruturas básicas.-----

Referiu que, como é do conhecimento público, a empresa Lufthansa está a laborar no edifício do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais, o qual, segundo sabe, está sob a alçada municipal. Questionou, assim, em que moldes a empresa está a utilizar o edifício, se está arrendado, se está emprestado, se foi adquirido por um terceiro e, se sim, em que condições. Perguntou, ainda, se houve concurso público, quando e como foi concretizado o negócio. Assinalou que estas dúvidas não são apenas suas, mas também de muitos comerciantes e empresários locais, que se sentem



profundamente traídos. -----

Disse que, após um perdão fiscal de 1 milhão e meio de euros concedido pela Câmara, os comerciantes e empresários locais deparam-se agora com uma situação pouco transparente, na qual, uma grande empresa internacional parece beneficiar de condições muito vantajosas, enquanto eles continuam a suportar pesadas cargas fiscais. Questionou, ainda, o que estará ainda previsto para essa empresa, quais os benefícios adicionais que vai receber, e, o mais importante, o que fica realmente para o município, quando a sede da Lufthansa se encontra na Alemanha. Salientou que, embora a produção aconteça localmente, a derrama e os impostos relevantes podem estar a ser canalizados para fora do país.-----

De seguida, reiterou o alerta porque o problema grave persiste, senão antes, pelo menos, há dois anos, afetando a Rua dos Serralheiros e a traseira dos prédios da Av. Dr. Domingos Caetano Sousa. Relatou, assim, que a situação na Rua dos Serralheiros é preocupante, uma vez que o riacho local, está com água negra, indicia vestígios de óleo e exala um cheiro nauseabundo. Informou que, recentemente, foram avistadas ratazanas, algo inédito, perguntando quando é que os serviços camarários vão ver com os próprios olhos o estado do talude e ouvir os moradores da zona para tomar ações concretas.-----

Por fim, referiu que, como é do conhecimento público, em algumas freguesias do concelho, onde existem contentores de lixo, há um acumular de lixo junto aos mesmos, questionando se tal se deve às férias dos funcionários ou se há outro motivo estrutural que explique esta falha recorrente. Lembrou que os cidadãos pagam uma taxa de recolha de lixo que não é barata, e que, por isso, a Suldouro tem o dever de assegurar um serviço regular e eficaz. Enfatizou que a falta de recolha cria um cenário deplorável, favorece o surgimento de ratos, insetos e outros animais, e transmite uma imagem de abandono e negligência por parte do Município. Considerou inaceitável que, em pleno século XXI, se tenha de discutir a falta de limpeza



urbana, pedindo que a Câmara assuma a responsabilidade, garantindo com urgência que todos os feirenses vivam em condições dignas.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que afirmou que se sentia um bocadinho como o BE, porque o Bloco, em todas as sessões desta Assembleia, alude ao tema da tarifa social de água, pelo que também se sente repetitivo, embora, com razão, ao trazer à colação o tema dos requerimentos da Iniciativa Liberal.-----

Referiu que, em todas as sessões, tem vindo a solicitar à Câmara, de forma humilde e democrática, que preste atenção aos eleitos que pedem informações. Relembrou que, desde novembro de 2023, não recebeu nenhuma informação sobre nenhum dos seus requerimentos. Admitiu que os serviços municipais podem estar muito ocupados, especialmente neste ano, mas recordou que se trata de uma obrigação legal, prevista quer no Regimento desta Assembleia quer na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, sublinhando que o direito à informação se concretiza a partir dos requerimentos deduzidos ao Município. Concluindo, solicitou, uma vez mais, o respeito democrático pelos órgãos eleitos no concelho, o que, no mínimo, passaria pela resposta às questões que haviam sido colocadas. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que, sobre o apoio familiar em tempo de férias, disse que, em anos transatos, essa resposta abrangia todo o mês de agosto, mas que, em 2025, apenas contemplaria o dia 1 ao dia 15 de agosto, numa das escolas de Fiães, questionando a razão de ser desta opção.-----

Salientou que, ao que sabe, as inscrições iniciais foram feitas em 2024, refletindo as necessidades da altura que podem até estar desadequadas face à realidade de 2025, comentando que, assim, se abre espaço para que entidades privadas usufruam desta falta de resposta do Município. -----

Sugeriu que, na eventualidade de famílias necessitarem daquela resposta,



por uma questão de equidade, se pondere alargar a resposta a todo o mês de agosto, ou, então, nas famílias que, comprovadamente, precisem de recorrer aos serviços privados, o Município as apoie, ainda que, percentualmente. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que, sobre a situação da habitação, disse ser uma questão preocupante em todo o país e, obviamente, mais no seu Concelho. Disse que, por esse motivo, apresentou um requerimento, no passado dia 21 de março de 2025, para saber o ponto de situação do desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação. Acrescentou que apresentou, também, quatro outros requerimentos, datados de 23 de outubro de 2024, sobre o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, sobre o Plano de Promoção de Acessibilidade, sobre as novas viaturas da Unir e sobre trotinetes e bicicletas elétricas, concluindo que não obtivera resposta a nenhum deles, pelo que gostaria de perceber quando a poderia obter, principalmente, a que versa sobre habitação. -----

Aproveitando o tema, perguntou que constrangimentos enfrenta a Câmara para não utilizar um instrumento útil e favorável para resolver o grave problema da habitação, ou seja, o exercício do direito de preferência que muitas utilizam, com sucesso. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por dizer que o membro Carlos Martins pode contar com o BE para fazer um requerimento conjunto com o objetivo de que a Câmara responda aos requerimentos. -----

Em seguida, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que gostava que este lhe respondesse, com coragem, se se apresenta aos feirenses com o mote de querer um município vibrante, quando estes se deparam com uma crise da habitação, sem precedentes no concelho. -----

Referiu que o partido do Sr. Presidente vai terminar este ciclo autárquico sem construir uma única casa das que estavam previstas na Estratégia Local

de Habitação, documento esse de 2020, do mandato anterior. Perguntou ao Sr. Presidente se este admite, de uma vez por todas, que o PSD falhara redondamente na resolução da crise da habitação em Santa Maria da Feira. Numa última nota, disse querer deixar claro, o que seria também do conhecimento do Sr. Presidente, que este poderia contar com a forte oposição do Bloco de Esquerda nas eleições autárquicas, no domínio do debate democrático. Acrescentou ainda que respeitava o Sr. Presidente como seu oponente e é, precisamente, por isso, que expressa a sua inequívoca solidariedade perante os ataques variados, de foro pessoal e de cariz infantil, de que o Sr. Presidente tem vindo a ser vítima. Garantiu que, da parte do Bloco, terá um aliado na defesa do debate sério e no combate à baixezza em que alguns pretendem transformar a política em Santa Maria da Feira. Concluiu, apelando a que haja espírito democrático. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que questionou qual o ponto da situação dos projetos validados e a contemplar no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), referentes à reconstrução de habitações degradadas. Perguntou, ainda, se por acaso não forem contemplados pelo PRR, o Município estará disponível para encontrar outras formas de financiamento. Referiu, de seguida, que a Estratégia Local de Habitação já se encontra em execução, questionando quais as freguesias contempladas com construções. Disse ter conhecimento que já foram feitos alguns ajustes ao traçado do TGV, nomeadamente, no concelho de Ovar, na fronteira com Santa Maria da Feira, pelo que gostaria de saber se já existe um traçado definitivo para o nosso território. -----

Disse que a última questão é sobre a empresa denominada Lufthansa estar localizada no edifício do PERM, recordando que o Sr. Presidente aludiu, em novembro passado, a um concurso para a aquisição daquele edifício, no valor de 1 milhão e 900 mil euros, questionando como decorreu o mesmo, se ficou ou não deserto, e se é da responsabilidade do Município. -----



Usou da palavra a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD), que fez a intervenção que se passa a citar: -----

“Celebramos este ano 25 anos da rede social concelhia, que veio sedimentar e estruturar uma visão e prática de trabalho que vinha já a ser desenvolvida pelo Município antes da sua criação. Esta, assente em 4 pilares fundamentais: diminuição das situações de pobreza, promoção de emprego, inclusão social e atuação concertada em princípios de igualdade e justiça social.-----

Fruto de uma política assente em parcerias sólidas com juntas de freguesia, IPSS, tecido associativo, empresarial, cultural, escolas e com outras entidades públicas, foi possível dar corpo a um desígnio de espírito de trabalho colaborativo, de corresponsabilização e de articulação, de forma a fazer face a problemáticas multidimensionais. Este trabalho tem sido dirigido aos mais diversos públicos, tendo por base uma lógica de atuação integradora, participada e concertada de forma a responder às necessidades coletivas e individuais, e a estimular as potencialidades, quer das comunidades quer das organizações.-----

Ao longo de um quarto de século, foi construída uma rede social sólida, dinâmica e inclusiva, com o envolvimento de entidades, instituições, técnicos, voluntários, cidadãos de todo o concelho que, com dedicação e espírito de missão, têm estado na linha da frente no cuidado e na promoção da coesão social, bem como na criação de importantes equipamentos e respostas sociais para o concelho.-----

Com a presença ativa e participativa da Câmara Municipal, é possível termos hoje uma rede que tem como principal objetivo a criação de respostas de proximidade que assegurem condições para que cada pessoa possa viver com dignidade e bem-estar, desenvolvidas num ambiente colaborativo e de responsabilidade partilhada. Uma rede que foi construindo novas formas de atuação, centradas na participação dos cidadãos, das organizações do nosso território, na responsabilidade social, inovação e de solidariedade, que

promoveram e continuam a promover o desenvolvimento social e sustentável do concelho. -----

Assim, queremos congratular todos aqueles que, ao longo destes 25 anos, ajudaram a tecer esta rede humana e solidária num caminho de reinvenção e criação de novas respostas aos desafios que surgem diariamente, o que tem permitido que o nosso concelho e a rede social de Santa Maria da Feira seja uma das mais atuantes e proficuas do nosso país.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para responder aos esclarecimentos solicitados, começando por referir que, tendo a Câmara sido interpelada durante a discussão das moções, aproveitava para fazer um brevíssimo ponto da situação. Assim, e relativamente às equipas de intervenção permanente (EIPs), explicou que as três corporações de bombeiros do Concelho manifestaram vontade de ter uma nova EIP, tendo a Câmara manifestado idêntica vontade e declarado que cumpriria a sua parte. Contudo, ao que sabe, apenas serão atribuídas 22 a 23 EIPs no país, sendo prioritários os concelhos que ainda não as têm, o que exclui as três candidaturas concelhias. Referiu que, por isso, o repto dos bombeiros foi para que a Câmara avaliasse a possibilidade de o fazer com recursos próprios, sem as EIPs atribuídas pelo Governo, o que está a ser avaliado. Acrescentou que está em preparação um regulamento de apoio aos bombeiros e voluntários, em diálogo com as respetivas entidades e que será brevemente apresentado.-----

Sobre os memoriais aos soldados tombados em combate, disse que, em regra, cada geração homenageia os seus mortos e as batalhas que travou, exemplificando com o monumento aos Mártires de Arrifana alusivo às invasões francesas. Referiu que os Mártires da Liberdade tinham ficado em segundo plano, concordando que é necessário relembrá-los e ressaltando que, no Município, não há referência aos mortos da 1.^a e da 2.^a Guerra Mundial, embora pudesse ter havido participações excecionais de feirenses.



Já sobre a Guerra do Ultramar, disse que existem vários monumentos pelas freguesias e ruas, como a Rua dos Ex-combatentes e a Rua dos Combatentes do Ultramar. Acrescentou que a Câmara vai seguir as melhores orientações para prestar a melhor homenagem possível, de acordo, com a recomendação aprovada. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Miguel Branco, referiu que, em relação ao loteamento de Vinhais, que poderiam ser dados esclarecimentos, por escrito, adiantando que naquele local existem quatro loteamentos, de 1996, 1979, 1993 e 2005, e do que sabe, todos com redes de saneamento, água, luz e telecomunicações. Pediu ao membro Miguel Branco para que, caso não fosse esse o caso, identificasse melhor a situação. -----

Informou que o imóvel, o CAPERM, não é propriedade da Câmara, mas sim da sociedade chamada PERM, que tem uma parte privada e uma parte da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM). Explicou que a sociedade comercial, conhecida por PERM, foi objeto de uma proposta de extinção, que foi aprovada, comentando que como existia uma dívida a solução passaria pela venda do imóvel para a saldar. Informou que o processo está em curso, que a primeira hasta pública ficou deserta, e, entretanto, a sociedade PERM arrendou o CAPERM à Lufthansa, numa outra hasta pública, por 6 mil euros mensais. Acrescentou que aberta uma nova hasta pública para a venda, foi feita a adjudicação a um concorrente por um valor pouco acima do valor base, estando a decorrer o prazo para o exercício, pelo arrendatário, do direito de preferência. De forma sumária, concluiu que o edifício ficará para a Lufthansa ou para esse concorrente, afastando a hipótese antes ventilada de ser adquirido pelo Município. Sublinhou que todo o processo decorreu dentro da legalidade e com o conhecimento das assembleias municipais dos seis municípios que integram a AMTSM.-----

Quanto à situação da Lufthansa explicou que o assunto tem sido acompanhado por esta Assembleia, pelo que todos os membros têm a obrigação de a conhecer, no entanto, esclareceu que esta multinacional,



detém em Portugal a Lufthansa Portugal, empresa que paga impostos no país e já contratou para formação cerca de 25 funcionários. -----

Sobre a Avenida dos Serralheiros, explicou que já tinha informado que seria feita uma obra de consolidação do talude e que está previsto para o local um investimento privado destinado a construção habitacional, sendo da responsabilidade do promotor resolver os acessos. Reafirmou que conhece o problema, por ter sido morador na zona, reforçando que existe uma pretensão urbanística em que o privado vai fazer a intervenção, de forma definitiva, incluindo a construção de uma ponte e a consolidação das margens do ribeiro. -----

Relativamente à Suldouro, disse que a Câmara abordou a empresa, que alegou ter enfrentado problemas logísticos e que, segundo esta, já teriam sido ou estariam a ser ultrapassados, repondo-se a normalidade. -----

Sobre as respostas em falta a requerimentos, informou que na próxima semana essas respostas seriam enviadas aos respetivos deputados. -----

Em relação à questão colocada pela deputada municipal Alexandra Sousa, referiu que a mesma também foi colocada pelos vereadores do PS na reunião camarária, dando nota que, na esmagadora maioria dos municípios da Área Metropolitana do Porto vigora o mesmo regime que em Santa Maria da Feira, e pelo que sabe, há indicações do Ministério da Educação para encerramento das escolas em parte do mês de agosto. Informou que o Executivo está a reavaliar a situação e que, caso se justifique, não deixará as famílias sem apoio, acrescentando que o pelouro da Educação está a fazer essa sondagem, conforme compromisso assumido perante os vereadores socialistas. -----

Quanto à questão colocada pela deputada municipal Lia Ferreira sobre o direito de preferência, esclareceu que o Executivo não tem uma posição de princípio contrária ao seu uso, pelo contrário, porquanto, avalia caso a caso a possibilidade de o exercer no interesse da Câmara e das freguesias. -----

Sobre a habitação, afirmou que há divergências entre partidos sobre as



soluções, mas não sobre o problema em si, referindo que a Câmara atua em duas frentes, na construção privada, para fazer o mercado funcionar e arrefecer a pressão do arrendamento e compra/venda, e no investimento público, que atrai para o concelho, sobretudo na cidade de Santa Maria da Feira e freguesias fronteiriças. -----

Referiu que serão libertadas, em breve, 36 casas recuperadas de habitação social, que vão ser entregues às famílias, pois com 25 anos de uso necessitavam de obras. Reiterou que os 7 empreendimentos de habitação social foram considerados prioritários para recuperação integral, com projetos em fase final e concursos em preparação. Além disso, deu nota de outros 7 empreendimentos novos para rendas acessíveis a jovens em fase de estudo prévio, passarão, em breve, para a fase de execução de projeto, seguindo-se a abertura de concursos. Assumiu preocupação com o PRR, podendo a comparticipação variar entre 65% e 100%, mas garantiu que o plano de habitação será concretizado no concelho. Reconheceu que a crítica, de que os projetos poderiam estar mais adiantados, é legítima, mas considera que é uma discussão de âmbito nacional, que agora chegou ao poder local. -----

Quanto à intervenção do membro Eduardo Couto, saudou o anúncio da candidatura do mesmo à Câmara Municipal. -----

Sobre a alusão ao município ser vibrante, realçou que não afirma que quer torná-lo vibrante, mas sim que já é vibrante.-----

Em relação à questão da habitação, disse já ter dado as explicações, agradecendo a solidariedade democrática e a discussão elevada e madura que é tida no Concelho. -----

Aludindo às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, disse que não tinha todos os dados sobre as verbas do PRR, pois abrangem várias candidaturas tendo a Câmara acedido a algumas. -----

Sobre o traçado da Linha de Alta Velocidade (LAV), informou que está a ser discutido entre técnicos do consórcio de construtores e do Município. Referiu



que pelas notas que tem recebido, o trajeto não está a fugir daquilo que eram as diretrizes e preocupações já debatidas na Assembleia Municipal, comentando que a população de algumas freguesias já foi contactada. Reforçou que o trajeto tem impacto no território, mas que não sofreu nenhuma alteração radical face ao que foi apresentado e debatido, havendo apenas ajustes. -----

Concluindo a sua intervenção, reiterou que já tinha dado os esclarecimentos necessários sobre a Lufthansa e sobre a habitação, agradecendo a solidariedade democrática e a discussão elevada e madura que é tida no Concelho. -----

Entrou o membro Maximino Costa. -----

Saíram os membros Rui Ribeiro, Joana Fonseca da Silva e José Carlos Martins. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 25 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 35 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Serafim Guimarães, Regina Silva, Eduardo Couto, Carlos Martins, Nuno Vieira, Manuel Santos, Rui Sá, Ambrosina Azevedo, Manuel Melo, Nuno Rocha, David Neves e Alberto Tavares. -----

Reentrou o membro Joana Fonseca da Silva. -----



Saíram os membros António Perestrelo e José Castro. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 9382, em 18/06/2025, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao III Relatório de 2025, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que referiu que, na listagem de contratos de empreitadas, fornecimentos de bens e serviços, é indicado que foi contratado um serviço de cadastro predial geométrico para, segundo julga, a identificação dos terrenos do conhecido Eixo das Cortiças, o que pode levar a concluir que ainda não se sabe, com exatidão, quais os terrenos necessários para fazer essa obra. -----

Disse que outra questão tem a ver com a App para apoio à gestão da Assembleia Municipal, questionando se já foi, ou não, contratada, se já foi paga ou não, bem como vai ser usada neste mandato ou no próximo. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, sobre o Eixo das Cortiças, informou que o projeto está numa fase avançada, encontrando-se o cadastro e a identificação dos proprietários a ser atualizado devido aos futuros processos de negociação de terrenos, de expropriação e de demolição de algumas construções ilegais. -----

No que concerne à APP informou que não está adquirida porque precisa da aprovação da revisão orçamental tema em apreciação nesta sessão. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência. -----



*Reentraram os membros José Carlos Martins, António Perestrelo e Rui Ribeiro.
Saíram os membros António Valdemar Ribeiro e Alberto Tavares. -----*

3 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município – 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 16 de junho de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que afirmou que as contas consolidadas, em boa medida, acabam por ser uma discussão idêntica à das contas do Município, referindo que as contas consolidadas representam 95 por cento das contas do Município e, portanto, se estas estão bem, as contas consolidadas também estariam bem, e se as contas do Município estivessem mal, as contas consolidadas estariam igualmente mal. Contudo, a seu ver, as contas consolidadas são bocadinho piores do que as do Município, e que patente no resultado operacional e no resultado líquido, que são praticamente os mesmos, embora o passivo fosse um pouco maior no caso das contas consolidadas. Reforçou que, por isso, as contas são basicamente iguais, embora as consolidadas sejam ligeiramente piores.-----

Acrescentou que havia a possibilidade de proceder a uma otimização orgânica do funcionamento de duas entidades incluídas nas contas consolidadas, a Feira Viva e a Sociedade de Turismo, agregando-as numa única entidade para ganhar escala e racionalidade na gestão dos serviços. Referiu que essa ideia já foi ventilada, várias vezes, por vereadores do Partido Socialista, julgando até que o antecessor do atual Presidente da Câmara com ela concordava. Disse que, assim, falta decidir e executar, comentando que o Município teria muito a ganhar com essa medida. -----



Indicou que o Município tem um problema com os ativos das concessões, nomeadamente com a E-Redes e a Indaqua, algo que se vem arrastando, e que, inclusivamente, foram contratados peritos externos para fazer a avaliação, daí o revisor oficial de contas salientar esse facto, comentando que convém resolver o problema. -----

Apontou um outro ponto que o incomoda e que se prende com a Energaia porque esta, vergonhosamente, não presta esclarecimentos ao Município, apesar de este lhe pagar uma quota anual. Acrescentou que os serviços que a Energaia presta são incipientes ou inexistentes, o que se comprova por uma listagem que lhe foi disponibilizada sobre tais serviços e questionando o porquê de não se abandonar esta entidade. -----

Alertou para os custos com pessoal, tendo em conta a evolução do salário mínimo, que está em 870 euros e que, até 2029, subirá para 1100 euros, o que representa uma valorização de 29%, comentando que as carreiras da Administração Pública, incluindo as da administração local, também de ser atualizadas. Estimou que, no caso do Município, o aumento de encargos com pessoal, até 2029, poderá rondar os 9 milhões de euros, considerando que isso é motivo de preocupação e exige muita prudência. -----

Mencionou ainda a evolução negativa dos custos com a energia e com as matérias-primas, o que explica o aumento significativo dos custos com as obras e o facto de muitas concursos ficarem desertos. -----

Apontou que outro problema será o provável fim, num futuro próximo, dos fundos comunitários que suportam o investimento nacional e municipal. Disse que, para acautelar a situação o Executivo deve tomar medidas, até porque, como se verifica nos últimos quatro anos, o saldo corrente tem vindo a cair e podendo cair ainda mais no futuro. Sublinhou que o território, com 215 quilómetros quadrados, necessita de muito investimento, pois todas as localidades contam, algo que não sabe se será possível realizar nos próximos anos. -----

Apontou então algumas formas de poupança que, no seu entender, seriam



relativamente simples de executar. Indicou, a título de exemplo, que o Município gastou 400 mil euros em software informático, referindo que poderia ser implementado o LibreOffice como fazem outros municípios e, inclusive, utilizar, os dois softwares, em simultâneo, o pago e o livre. ----- Referiu também que, gastando o Município cerca de 2 milhões de euros em eletricidade, excluindo a iluminação pública, não percebe o porquê de o Município ainda não ter criado uma comunidade de energia renovável, capaz de fornecer eletricidade praticamente gratuita aos serviços e até às unidades locais de saúde próximas, comentando que isso poderia significar uma poupança de 30%.-----

Relativamente a rendas e alugueres, disse que o gasto é de 3 milhões de euros e admitindo que uma parte significativa é ocupada por serviços municipais, questionou da possibilidade de aplicar novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, nos serviços que não tenham atendimento ao público, reorganização que, a seu ver, dispensaria alguns desses edifícios. Concluindo a sua intervenção, disse que estes exemplos permitem poupar recursos, os quais serão muito necessários no futuro. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que afirmou, relativamente ao comentário que Daniel Gomes fez quanto à Energia, que partilha da preocupação, embora não sabendo se a solução será a apresentada pelo Daniel Gomes. Deu nota que, efetivamente, a Câmara ainda não tem informação apesar de ter contratado serviços especializados para recolher os ativos da Indagua, da E-Redes e da P. Parques. Sabe que é um trabalho moroso, porquanto, a quantidade de ativos detida, em particular pela Indagua e pela E-Redes, requer bastante tempo. -----

Reforçou que o grupo municipal do PSD partilha das preocupações expostas, no entanto, mas que não se entre em populismos porque algumas das medidas apresentadas teriam um valor muito residual e, de certa forma, poderiam ser consideradas utópicas, pois contrariam algo que o PS tem



vindo a defender, no contexto desta Assembleia Municipal, que é a redução de impostos. -----

Justificou que não se pode querer um município com um investimento avultado, com contas robustas e com capacidade para fazer face às despesas correntes, que resultam, em grande parte, do aumento das despesas com pessoal, fruto da descentralização de competências, e, ao mesmo tempo, defender que o município deve baixar constantemente as receitas correntes provenientes dos impostos. -----

Concluindo, salientou que compreende a preocupação, mas que tal assunto exige uma certa coerência no discurso político. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por referir que algumas das suas notas tinham sido mencionadas pelo membro Daniel Gomes, pelo que não as repetiria, salvo quanto ao tema das concessões e ao facto de o auditor aludir à impossibilidade de obter informações detalhadas sobre os respetivos ativos. Compreende que, no caso da Indaqua e da E-Redes, fosse um trabalho complexo e moroso, e que, apesar da contratação de peritos externos, ainda não tenha sido possível concluir esse mapeamento. Salientou que, contudo, não consegue compreender a situação da P. Parques, uma vez que, no seu entender, os ativos dessa empresa não seriam tão difíceis de mapear, dado que se trata de ativos de pequena escala e facilmente identificáveis, ao contrário das redes elétricas ou das infraestruturas de água e de saneamento. Perguntou, nesse contexto, onde está a autoridade do Município para obter essa informação. -----

No que respeita ao documento em apreciação disse que o mesmo consubstancia a consolidação das contas já apresentadas e aprovadas, pelo que não havia muito a acrescentar do ponto de vista técnico. No entanto, politicamente, sublinhou algo que vem sucedendo ao longo dos anos, ou seja, que o Município apresenta uma estabilidade financeira e de tesouraria bastante elevada, terminando o ano económico com cerca de 60 milhões de


Ana Cláudia



euros em depósitos à ordem, questionando a razão de ser de ter este valor parado, grande parte dele proveniente dos impostos pagos pelos contribuintes feirenses, os quais precisavam desse dinheiro nas suas próprias contas. -----

Referiu que o Governo recentemente anunciou, porque já percebeu a extorsão que existe sobre o contribuinte português, uma redução de impostos no Orçamento do Estado, de 3,7 mil milhões de euros, comentando que o PSD na Câmara, em coerência, poderia considerar uma redução percentual semelhante, de cerca de 3%, a qual não comprometeria as finanças municipais, pois ainda sobraria muito dinheiro e os contribuintes certamente agradeceriam. Reiterou que esse dinheiro, em vez de ficar depositado em bancos, poderia ser reinvestido na economia, já que uma parte significativa tem origem na atividade económica local, como é o caso da derrama. -----

Concluiu reforçando que este constitui um instrumento político ao dispor dos municípios, e que deixava mais uma vez esta nota, expressando a visão política da IL sobre o tema. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que iniciando com o tema da Feira Viva e da Sociedade de Turismo, reiterou que o Executivo iria estudar a junção das duas empresas, intenção já comunicada aos vereadores da Câmara Municipal e expressa nesta Assembleia Municipal. -----

Sobre a Energia, propunha que a Assembleia realize uma reunião com o seu responsável, esclarecendo que não é uma agência de energia exclusiva da Câmara de Santa Maria da Feira, e que várias câmaras reconhecem o valor do seu trabalho. -----

Sobre a política fiscal, referiu que o Executivo não optou pela via mais fácil ou mais popular, que consistiria em reduzir receitas e que não havia qualquer incoerência com a posição do Governo da AD, pois sempre defenderam que esse tipo de política fiscal deveria ser assumido pelo



Governo central, e não pelos governos locais, especialmente, quando os governos nacionais continuam a impor, por decreto, novas responsabilidades às autarquias. A título de exemplo, mencionou a questão da educação, referindo que, a nível nacional, se começou recentemente a discutir os rácios dos assistentes operacionais nas escolas. Considerou que a discussão é positiva se for acompanhada do respetivo envelope financeiro, sob pena de transporem mais um problema para o município. -----

Sublinhou que, por prudência, as contas do Município são boas, robustas e estáveis, explicando que, apesar de o Município ter muitos funcionários, essa situação não decorre de uma opção política local, mas sim de decisões tomadas a nível nacional, que obrigaram as câmaras a contratar serviços, adquirir viaturas e realizar obras. Afirmou que o Município está preparado para enfrentar desafios e superar dificuldades ao contrário de outras câmaras, incluindo socialistas, que declaram ter contas robustas, com passivos elevados e resultados negativos, sem que isso suscite questionamentos.-----

Relativamente à eletricidade, recordou que o Município, já no executivo anterior, apostou na substituição das lâmpadas de sódio por lâmpadas LED, o que gerou uma poupança imediata de cerca de 50% e que permitiu resistir às variações dos custos energéticos ocorridas há dois ou três anos. -----

Reconheceu, em matéria de obras públicas, a pressão devido ao aumento dos preços, que é transversal em todo o país, mas que não se crie a ideia de que os concursos estão, sistematicamente, a ficar desertos, citando, como exemplo, a adjudicação da obra de requalificação do centro cívico de Nogueira da Regedoura, feita hoje em sede de reunião de Câmara. -----

Referiu que se pode sempre ver onde se podem reduzir gastos, mas que é necessário estudar se tais reduções seriam eficazes. Exemplificou com o teletrabalho e esclareceu que existe um debate interno sobre o tema até porque em alguns serviços é inviável. -----

Concluiu, apelando à cautela e à prudência nas propostas e respetivos



impactos financeiros nos cofres municipais. Por fim, solicitou à vereadora Sónia Azevedo que prestasse os restantes esclarecimentos. -----

Interveio a Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, sobre a questão das rendas no valor de 3 milhões de euros mencionada pelo membro Daniel Gomes, comentou que o conceito de rendas usado nessa rubrica não se reconduz ao das rendas de edifícios porquanto a mesma inclui alugueres de máquinas, viaturas, locações, contentores de substituição de salas de aula ou de outros, transportes escolares, táxis escolares, assim como, no âmbito da Saúde, todo aquele apoio domiciliário que é prestado, através de táxis. --

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (PSD), 16 votos contra (PS: 14, BE, IND: 1 – Manuel Melo) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CDU, IND: 1 – Miguel Branco), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, relativos ao ano de 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro José Castro. -----

Saíram os membros Carlos Seixas e Daniel Gomes. -----

4 – 3.^a Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 16 de junho de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da



palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 27, PS: 13, IND: 1 – Manuel Melo) e 5 abstenções (BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 1 – Miguel Branco), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Carlos Seixas. -----

Saíram os membros Virgílio Ribeiro e Job Silva. -----

5 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 16 de junho de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, CDU, PS: 1 – David Neves) e 14 abstenções (PS: 10, BE, IL, IND: 2), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2025, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

“O Bloco de Esquerda considera que certamente faltam diversas contratações de técnicos superiores a serem contratados pelo Município nas suas demais áreas da sua atuação, com especial enfoque nos técnicos da

intervenção social.”-----

Reentrou o membro *Daniel Gomes*.-----

Saiu o membro *Avelino Costa*.-----

6 – PAC – Programa de Apoio à Cultura / Alteração do Regulamento ----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de junho de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que, apesar de ser mencionado que, no período de consulta pública, não existiram pedidos de esclarecimento ao documento, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara qual foi o feedback das associações, e se este se reuniu com elas. Recordou que, aquando da criação do regulamento, o mesmo foi acompanhado de críticas, principalmente de agentes culturais de menor dimensão do concelho.-----

Usou da palavra o membro **Carlos Martins** (IL) que afirmando que a sua intervenção tinha ligação com a manifestada pelo membro Eduardo Couto, antecipava já o seu voto favorável à proposta em análise, por entender que o reforço do investimento nas dinâmicas associativas faz parte da política pública para a cultura.-----

Assim, reconheceu a origem e o longo percurso do Município em matéria de políticas públicas, sublinhando que a qualidade de uma política pública municipal se deve medir pelos efeitos concretos na vida das pessoas. Referiu que, embora existisse uma dimensão visível nas políticas de eventos, a política pública na área cultural não se esgota aí, acrescentando que é precisamente no trabalho com o movimento associativo que esta política



gera maior impacto e maior proximidade com os cidadãos.-----
Disse que a proposta apresentada surge sem fundamentação relativamente às opções tomadas, sem explicitação das razões dessas escolhas nem da avaliação do sistema anterior, acrescentando que, quando se propõe uma alteração a um regime de apoio, seria fundamental avaliar a versão anterior. Registou, ainda, que não estão disponíveis dados que indiquem a perceção das associações, nem há qualquer relatório, inquérito ou análise, quer qualitativa, quer quantitativa.-----

Questionou qual é, atualmente, a participação cultural dos cidadãos de Santa Maria da Feira, nomeadamente se, nos últimos anos e com base nesses apoios, se tinha verificado um aumento de pessoas a ler livros, a ir a concertos, ao cinema, a visitar museus ou espaços patrimoniais, apontando, novamente, a ausência de dados concretos.-----

Perguntou se o perfil do público-alvo se teria alterado e se teriam sido alcançados novos públicos, reforçando a ideia de que a política pública não se define apenas pelo investimento realizado, mas sim pelos resultados obtidos na fruição cultural, o que é uma obrigação constitucional das autarquias, tal como o apoio ao associativismo.-----

Concluiu perguntando com que bases se podia avaliar o sucesso e o impacto positivo das políticas culturais, uma vez que a informação disponibilizada não era, no seu entender, suficiente. Questionou ainda qual a base orçamental associada ao Programa, referindo que, embora houvesse informação sobre as regras, não há dados sobre o montante de investimento, que tende a crescer por serem criadas outras linhas de financiamento.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que afirmou que, sem prejuízo de o Vereador Gil Ferreira vir a corrigir ou a complementar, a informação que iria prestar, a alteração em apreciação resulta do feedback recebido das associações que se candidatam a este tipo de programas. Reportou ainda a proximidade institucional da Câmara com as entidades,

como um conjunto gigantesco de parcerias, de um enorme trabalho e de um contacto diário. -----

Sublinhou que até se pode criar um órgão consultivo, mas que a riqueza reside no realizar os eventos em parceria com as associações e na presença da Câmara nos mesmos, o que cria espírito de cooperação, permitindo identificar o que está correto e as dificuldades sentidas, sendo este o feedback que lhe foi transmitido pelo vereador Gil Ferreira. -----

Acrescentou que a medida 5 era, há muito, solicitada pelas associações as quais sentiam necessidade de fundos para a requalificação e recuperação das suas sedes, reivindicando que a Câmara decidiu acolher. -----

Sobre a inexistência de dados, realçou que, por exemplo, foram divulgados dados recentes sobre a biblioteca municipal, que não provêm da Câmara, que indicam que foi a que mais investiu na aquisição de livros e a que mais leitores tem, reforçando que são dados públicos. -----

Sobre se mais pessoas tinham visitado os museus, afirmou que, em todos os relatórios de atividades anuais constam os gráficos que confirmam esse aumento. Concordou que esses dados podiam estar espelhados e compilados no documento em discussão, mas rejeitou a ideia de que esse trabalho não fosse feito. Acrescentou que, nos documentos de prestação de contas do Município, e mais concretamente, na parte relativa ao pelouro da Cultura, consta o número de atividades, o número de espectadores, os objetivos alcançados, frisando que o levantamento está feito. -----

Disse concordar que a política cultural municipal não se faz apenas de eventos, pois havia quem quisesse reduzir a política cultural de Santa Maria da Feira à Viagem Medieval, quando ela é muito mais abrangente. Afirmou que os agentes culturais e associativos do setor social, cultural e desportivo sabem que todos os apoios dados pelo Município aumentaram, e de forma muito expressiva, e que são pagos a tempo e horas, o que gera uma grande confiança. -----

Concordou que a política municipal é importante, destacando a Biblioteca



Municipal e os seus vários polos, a política museológica, a recuperação do património, bem como as parcerias com as associações culturais e com os agentes culturais, incluindo os individuais. Referiu que até há programas para quem está a iniciar e não se encontra constituído formalmente, como associação ou empresa. -----

Relativamente à parte financeira, indicou que não tinha consigo os valores, mas que estavam espelhados no orçamento para 2025. No entanto, adiantou que, no desporto, se recorda, porque esses programas foram feitos há cerca de duas ou três semanas, do valor de 1 milhão e 700 mil euros, tendo, neste momento, sido apresentadas candidaturas no valor de 1 milhão de euros.--

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 27, PS: 12, CDS-PP, IL, CDU, IND: 1 – Manuel Melo) e 2 abstenções (BE, IND: 1 – Miguel Branco), aprovar a proposta de alteração do Regulamento do Programa de Apoio à Cultura (PAC), nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Virgílio Ribeiro. -----

7 – Atribuição de subsídio extraordinário à Freguesia de Lourosa para reparação de danos no Cemitério de Lourosa -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de junho de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) disse que se há uma entidade que claramente não tem qualquer culpa no episódio, é a Câmara Municipal de

Santa Maria da Feira, e, no entanto, parece-lhe ser a única entidade a assumir a totalidade do prejuízo. -----

Questionou se, no futuro, o Lusitânia de Lourosa Futebol Clube iria ou não comparticipar na reconstrução do muro atendendo a que o mesmo ruiu devido aos outdoors de publicidade do Lusitânia, defendendo que a Câmara não tem de suportar integralmente o custo, embora reconheça e seja sensível ao facto de se tratar de uma situação de saúde pública. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, na verba em causa, não está reportada a requalificação do muro, mas sim as 28 campas, ao que o membro **Miguel Branco** reagiu dizendo que, mesmo assim, havia ali uma relação de causa e efeito, pelo que pretendia saber se havia conversações com o Lusitânia de Lourosa para o efeito.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que essa é uma discussão que está a decorrer entre a Junta de Freguesia de Lourosa e o Lusitânia de Lourosa. Acrescentou tratar-se de uma situação absolutamente excecional, que requer alguma sensibilidade, dado que uma das partes é uma junta de freguesia e, a outra, é uma das associações do município. Sublinhou que a preocupação da Câmara, embora sem culpa no ocorrido, é proteger a dimensão humana daí deliberação tomada, por unanimidade, no órgão executivo. -----

Explicou ainda que, se se tratasse de outro local, as seguradoras resolveriam a situação, mas, no caso concreto, a Câmara entendeu que a dimensão de um cemitério não é compatível com esses processos, em regra, morosos. Concluiu dizendo que a situação reportada é clara e transparente e que, se fosse no cemitério municipal, a Câmara assumiria a responsabilidade. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 13, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar a atribuição de um



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Inalberto

subsídio extraordinário à Freguesia de Lourosa, no montante global de 73.335,65 €, destinado a compartilhar os encargos com as obras de reconstrução das sepulturas bem como com as demais intervenções necessárias à reposição das condições originais do Cemitério de Lourosa, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

Reentraram os membros Avelino Costa, Job Silva e António Valdemar Ribeiro. Saíram os membros Minervina Rocha e Rui Sá. -----

8 – Apoio financeiro extraordinário à Freguesia de Fiães para obras de reabilitação e adaptação do edifício da Casa da Cultura -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de maio de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que afirmou que o grupo municipal do PS é, obvia e reiteradamente, favorável ao apoio às juntas de freguesia, nas suas várias modalidades seja por via de um apoio financeiro, do apoio na elaboração dos trabalhos ou no planeamento dos mesmos. Neste sentido, reitera o pedido à Câmara para uma maior proximidade no apoio às juntas, para que estas consigam estruturar melhor os seus processos de reabilitação. -----

Referiu ter duas dúvidas relativamente ao apoio em discussão, salientando que em causa está um apoio de 35% do valor quando, no apoio a atribuir à Junta de Freguesia de Escapães, que será discutido no ponto seguinte, é de 50%, questionando por que motivo não estão em pé de igualdade.-----

Apontou que outra questão é que entre as obras previstas está um elevador que, depois, não é representado na planta. -----



O Sr. Presidente da Câmara solicitou à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que explicasse a questão do percentual, a qual informou que o que está em causa é um apoio extraordinário e citou, como exemplo, o apoio de 35% dado à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, para as obras de requalificação do Parque da N.^a Sr.^a da Piedade. -----
Explicou que os 50% foi a percentagem fixada, desde o início do mandato, para apoiar as reabilitações das sedes de junta, quando o objetivo é a eficiência energética ou a acessibilidade ao edificado. Salientou que, no caso em discussão, não se trata de obras na sede da junta de freguesia, mas sim no edifício da Casa da Cultura, daí a aplicação dos 35%. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que, de facto, o elevador não está representado na planta. No entanto, esclareceu que, caso não fosse colocado, não seria pago, porque o apoio é pago mediante exibição da correspondente fatura. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar a atribuição de um apoio financeiro extraordinário à Freguesia de Fiães, até ao montante máximo de 73.540,28 €, destinado à realização das obras de reabilitação e adaptação do edifício da Casa da Cultura (antigo edifício da Junta), nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Alberto Tavares. -----

9 – Atribuição de apoio à Freguesia de Escapães / Proposta de revogação

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual cometeu à


Susana Correia

Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a explanação do assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de maio de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que a persistência da deputada Lia Ferreira valeu a pena, de modo que a proposta foi reformulada, lembrando que o grupo municipal do PS tinha apresentado uma declaração de voto, aquando da discussão inicial nesta Assembleia, por entender que efetivamente a proposta não era clara. Neste contexto, disse ficar revogada a declaração de voto que o PS tinha apresentado. Contudo, persistem algumas dúvidas nesta nova proposta. Assim, salientou que, no ponto anterior da ordem de trabalhos, foi dado um apoio de 35% na sequência de um pedido da Junta de Freguesia de Fiães para requalificar um edifício público, melhorar as suas condições de acessibilidade e reabilitar o edificado, ou seja, o que estava em causa é apoiar a Junta de Freguesia de Fiães. -----

No caso em discussão, explicou que o proposto é a atribuição de um apoio de 50% para reabilitar um edifício no âmbito da transição energética, também a uma junta de freguesia, no caso a de Escapães.-----

Afirmou que o grupo municipal do PS vai aprovar e apresentar uma declaração de voto para sugerir à Câmara que crie um critério para atribuição dos apoios. Esclareceu que o grupo municipal do PS quer apoiar as juntas de freguesia, por reconhecer que têm um papel fundamental, e também quer ter edifícios públicos acessíveis assim como quer que a transição energética funcione em todo o território, contudo, entende ser difícil deliberar, desta forma, a atribuição dos apoios.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que se tratava



de duas situações diferentes e que o critério era absolutamente claro, reiterando que, no caso do apoio a 35%, não se tratava de uma sede de junta de freguesia, mas de um edifício de uma junta de freguesia, enquanto que o apoio a 50% é referente a uma sede de uma junta de freguesia. -----
Referiu que coisa diferente seria discutir se se poderia apoiar a 50% qualquer edifício pertencente a uma junta de freguesia, desde que contemplasse obras de acessibilidades e eficiência energética, julgando ser nesse sentido a intervenção efetuada pela Susana Correia. Acrescentou que, para apoiar as juntas de freguesia, a sua primeira medida foi aumentar em 40% as verbas. Concluindo, em termos de clarificação sobre porque é que uma recebia 35% e outra 50%, reforçou que era porque se tratava de medidas de apoio diferentes, para fins diferentes. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), revogar a deliberação tomada na sua sessão ordinária de 29 de novembro de 2024, exarada sob o ponto 9 da ata da citada sessão. -----

Mais deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Escapães, no montante máximo de 15.822,62 €, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS) votou favoravelmente a atribuição de subsídio extraordinário à junta de freguesia de Fiães e a atribuição de apoio à Freguesia de Escapães, conforme documentação disponibilizada pela Câmara Municipal aos membros do Partido Socialista eleitos na Assembleia Municipal. -----

Verificando-se alguma dificuldade na clarificação da informação, o Partido



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Socialista cumpriu o estabelecido na Secção II, Subsecção I, artigo 25.º, alínea j) que define as competências da deliberação sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.-----

É nosso entendimento ser fundamental assegurar todas as condições para que as obras em causa se concretizem. Apesar das questões levantadas pela imprecisão da instrução dos processos, sustentamos o nosso sentido de voto favorável, confiando na confirmação do senhor presidente de Câmara, Dr. Amadeu Albergaria em como se trata de apoios distintos, necessários e respeitadores das necessidades identificadas pelas juntas de freguesia. -----

No entanto, o GMPS, alertou para a diferença de percentagens de apoio para uma e outra junta de freguesia, designadamente 35% e 50%. Reforçamos a importância de criação de um regulamento de apoio às juntas de freguesia, por parte do executivo municipal, para que os critérios de equidade e transparência sejam adequadamente assegurados e sejam ainda asseguradas soluções de requalificação, acessibilidade, mobilidade e de eficiência energética em todos os edifícios sede das juntas de freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, onde ainda se verifique esta carência. ---
Em sede de reunião ordinária de Assembleia Municipal, alertamos para o facto de as peças disponibilizadas não serem suficientemente esclarecedoras e de deixarem dúvidas sobre o que está efetivamente a ser financiado, desde logo:-----

1) No caso da Junta de Freguesia de Fiães, a aquisição e montagem de um elevador, embora nas peças desenhadas apenas conste uma rampa e não se encontre sinalizado elevador algum. -----

2) No caso da Junta de Freguesia de Escapães, a aquisição e montagem de uma de plataforma elevatória ou cadeira elevatória, sendo que uma e outra não são a mesma coisa, muito menos têm o mesmo valor comercial ou capacidade de resposta.” -----



Saiu o membro Miguel Branco.-----

Reentraram os membros Rui Sá e Minervina Rocha. -----

10 – Indagua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA ---

- Relatório de contas e gestão/relatório de exploração (2024)-----

- Atas das reuniões do conselho de administração e assembleia geral---

- Certidão da conservatória do registo comercial -----

**11 – Relatório anual emitido pela Comissão de Acompanhamento da
Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de
abastecimento de água e saneamento (2024) -----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto e submetidos, separadamente, a votação. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 5 de maio de 2025, e restante documentação que as acompanham – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal.

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse ser do conhecimento geral que os feirenses pagam a água mais cara do país, e que também é um dado adquirido que a Indagua trata os feirenses com ganância e arrogância. Referiu que os documentos continuam a comprovar que esta concessão foi um verdadeiro saque à conta dos feirenses por via de um recurso que deveria ser público, comentando que não faz sentido que, numa sociedade moderna, a água seja encarada como um negócio. -----

Salientou que poucas ou nenhuma pessoas consideram que esta concessão foi benéfica para os feirenses, porquanto, é preciso fazer um grande exercício de ginástica para conseguir defendê-la. Destacou que quase todos reconhecem que os feirenses estão fartos de pagar tanto por um recurso indispensável às suas vidas, acrescentando que o PSD é o maior responsável



deste saque. -----
Questionou, dirigindo-se ao Sr. Presidente, se reconhece que os moldes em que a concessão foi feita beneficiaram a Indaqua e condicionaram o poder político de salvaguardar, ao dia de hoje, os interesses dos munícipes. Perguntou-lhe, também, se considera que o preço pago pela água, em Santa Maria da Feira, é minimamente justo, em comparação com os municípios vizinhos. Concluiu, questionando se o Sr. Presidente tem coragem de admitir que é preciso acabar com esta concessão, a qual foi, desde o início, um verdadeiro erro. -----

Interveio o membro **Nuno Vieira** (CDU) que disse que a CDU gostaria de salientar que, apesar de o relatório referir que foram cumpridas as obrigações do contrato, pode-se verificar, no ponto 5.2 do relatório da Comissão de Acompanhamento da Concessão, que existem parâmetros que, no entendimento da CDU, são importantes e não foram cumpridos. Questionou o que pretende o Executivo camarário fazer sobre este ponto. -- Referiu ainda que, para além das inúmeras situações de não cobertura da rede de saneamento no Concelho, que não estão elencadas no contrato e que continuam a ser desvalorizadas pelo Executivo, o qual está de acordo com a política da Indaqua, ou seja, investe-se só onde é rentável, não se assegurando o verdadeiro serviço público de água e saneamento. Disse que esta situação é demonstrada pela escassa evolução do número de contratos de saneamento no Concelho, conforme se alcança do relatório da própria Indaqua. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) usou da palavra, dizendo que este relatório decorre daquilo que é a obrigação do concessionário em relação à prestação de contas e de declaração do que foi a atividade de gestão do último ano. Aludindo ao seu carácter excecional, porquanto, não há concorrência na prestação do serviço de distribuição de água e de recolha de saneamento no



Concelho, afirmou que se trata de uma entidade que, por direito próprio, e por via de um concurso público, detém este contrato, o qual tem que ser respeitado pelo Município. -----

Salientou, no entanto, que neste tipo de situações, em que não há concorrência, acredita-se no regulador para defesa dos interesses dos munícipes, realçando que, no caso, quem representa os cidadãos de Santa Maria da Feira, em sede da avaliação e da auditoria é a Comissão de Acompanhamento para a qual a Câmara nomeou o seu representante. Frisou que aquilo que o surpreende é que, ano após ano, esta Comissão de Acompanhamento faz um copy/paste do relatório da administração da Indagua, não levantando qualquer questão, não fazendo um comentário, não identificando nenhuma situação diferente daquilo que está previsto contratualmente, não identificando nenhum equívoco ou erro, considerando que está tudo, sempre, perfeito. Assim sendo, julga estar na altura desta Assembleia convidar a Comissão de Acompanhamento a vir explicar o acompanhado da concessão, em nome dos cidadãos de Santa Maria da Feira. Concluindo a sua intervenção, disse não se sentir representado por uma comissão de acompanhamento que faz um copy/paste daquilo que é o relatório de contas e de gestão da empresa Indagua. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O contrato de concessão da distribuição de água e saneamento básico no nosso concelho é um assunto de maior relevância para o futuro Santa Maria da Feira.-----

Todos reconhecemos a importância da rede de abastecimento de água e saneamento, tanto para a qualidade de vida dos feirenses como para a segurança no consumo de água. No entanto, também temos plena consciência da forma como este contrato foi celebrado – e, sobretudo, dos



custos elevados que os cidadãos têm vindo a suportar para que ele seja cumprido. -----

Trata-se de um contrato profundamente desequilibrado, que apenas protegeu os interesses dos investidores, garantindo-lhes margens de lucro substanciais, enquanto os munícipes continuam a pagar um preço excessivo. Os feirenses ficam, assim, à mercê de um acordo que lhes retira poder e impõe encargos injustos, definidos não pelas suas necessidades, mas pelas metas e expectativas contratuais estabelecidas à partida. -----

Enquanto cidadão feirense, espero – como muitos – que o executivo municipal tenha a coragem e a responsabilidade de, após um estudo rigoroso, realista e atempado, encontrar soluções que salvaguardem os interesses da população, nomeadamente caminhando para a remunicipalização do serviço de águas, transformando a atual concessionária Indaqua num serviço municipal de gestão pública. -----

Este será, certamente, um dos grandes desafios dos próximos executivos municipais: saber tomar decisões justas, sustentáveis e corajosas, sem prestar vassalagem aos interesses instalados, e tendo sempre como prioridade o bem-estar dos feirenses. -----

Até que seja possível reverter este contrato de forma financeiramente sustentável, é fundamental garantir transparência, fiscalização e exigência. Contudo, continuamos a assistir, demasiadas vezes, à arrogância e à impunidade da administração da Indaqua, que ignora os cidadãos e trata com desdém as suas legítimas preocupações. -----

É hora de colocar os feirenses em primeiro lugar.” -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Sr. Presidente, temos um problema com a concessionária. Nós temos uma concessionária que se acha no direito de receber, ao longo destes 50 anos, 477 milhões de euros de lucro, uma média de 9 milhões e meio de euros por



ano. É uma concessionária em que, quando as coisas correm bem para eles, encantados da vida, quando correm mal, desculpe-me o termo, nós entrámos pela madeira adentro. -----

Portanto, nós estamos numa típica situação de lucros mínimos garantidos, portanto, uma típica PPP, que foi mal desenhada, foi mal construída e que nos coloca numa situação periclitante. A empresa é como se tivesse em autogestão, porque os membros do conselho de administração não são de cá, são membros da Indagua Feira, como de outras empresas de água municipal, não querem saber de Santa Maria da Feira, estão preocupados em tirar o máximo possível que puderem de nós.-----

No ano passado, não sei se se recorda, eu falei-lhe da hipótese de a Indagua nos estar a enganar, e aponte-lhe vários casos para isso, e o senhor disse-me que eu podia estar descansado, que ia fazer tudo aquilo que estava ao seu alcance para verificar e confirmar se o interesse público estava, ou não estava, a ser violado. Das duas, uma, ou foi muito discreto a esse respeito, o que não me parece que tenha sido o caso, ou não fez nada para verificar os pontos que eu lhe indiquei. -----

E vou voltar a indicá-los porque acho que é importante referir.-----
A Indagua Feira tem relações com outras empresas do Grupo Indagua, a Waterlevel, a Plainwater e a Aqualevel. Nós não temos a certeza de que os contratos que são realizados, as prestações de serviços que são realizadas por estas empresas à Indagua Feira sejam prestações de serviços a preços de mercado. -----

Por outro lado, nós também sabemos que os suprimentos que a empresa tem, isto é, o financiamento da empresa está totalmente assente em suprimentos de sócios, são 44 milhões de euros que estão a ser pagos com uma taxa de juro quase usurária, são quase 7%.-----

Estamos a falar de uma empresa que é um monopólio natural, o risco de crédito é baixo, e não se justifica que o seu financiamento esteja a ser feito desta forma. O seu antecessor, por algum motivo, achou por bem colocar



João Correia

uma cláusula no contrato que dizia que o capital próprio mais a dívida subordinada, que são estes suprimentos sobre o ativo líquido, devia ser superior a 19%. Pois bem, se fizermos as contas já percebemos que a dívida subordinada não está lá a fazer nada, não é necessária. Portanto, mesmo assim, nós podemos dizer que, pelo menos até 2029, não há necessidade nem mais um euro para suprimentos. Espero que leve isso em consideração, o senhor ou, desculpem-me os outros candidatos, o Dr. Márcio Correia. ----
Outro aspeto relevante é, quando fazemos uma análise deste género, temos que olhar para o cenário base. E o cenário base é importante porque, naquele cenário base, supostamente os resultados que a empresa está a ter já são em relação a 2023 e 2024 superiores ao cenário base. A empresa deveria estar a distribuir dividendos apenas em 2025, já está a distribuir dividendos pelo menos há 3 anos, o que me leva a concluir que, afinal, a situação financeira da Indaqua não é assim tão má quanto isso.-----

E, apesar dos ardis que referi anteriormente, ainda assim, e por estar a ter resultados já acima do caso base, está definido no contrato que existia a obrigação de constituir um fundo de apoio social que seria constituído por uma percentagem dos lucros excedentários face ao caso base. Pois muito bem, onde é que está esse fundo de apoio social? Ele não está em lado nenhum, a Comissão de Acompanhamento não quer saber disso, e, portanto, mais um caso evidente de que o interesse público não está a ser devidamente salvaguardado. -----

Quero-lhe ainda dizer que o pecado original desta concessão não foi resolvido com os quatro aditamentos, que são da vossa autoria, porque o problema das capitações não está devidamente resolvido. Eu não sei se verificou, mas com os consumos que existiram em 2024, cada feirense, em média, consumiu 89 litros de água. Segundo o contrato, deveriam estar a consumir 120 litros de água, em média, cada um. Isto era para termos uma noção da dimensão da loucura que isto é, e para percebermos como estamos de pés e mãos atadas. Sinceramente, não sei como é que vamos sair deste ponto, e



gostava que o senhor me explicasse como é que nós vamos sair desta situação. -----

Quero-lhe ainda dizer que, durante este mês, muitos feirenses receberam missivas da Indaqua, que basicamente diziam o seguinte; os senhores estão a consumir pouca água, nós não acreditamos que estejam a consumir tão pouca água, portanto, façam o favor, deixem-nos entrar dentro da vossa habitação para verificarmos se têm furos e poços. Se não o deixarem fazer, nós vamos aplicar um tarifário médio ao tratamento de água residual. -----

Portanto, nós temos a Indaqua a tratar os feirenses não como consumidores, mas como contribuintes. E com a sua convívência. -----

O que eu acho que o Sr. Presidente poderia ter feito, pelo menos com aquilo que eu lhe referi no ano passado e que lhe volto a dizer, era solicitar uma auditoria independente à empresa, porque tem esse poder, sobre estes tópicos, e solicitar à ERSAR para verificar se o interesse público, o interesse municipal, estava ou não estava a ser prejudicado. E o senhor não fez, mas poderia ter feito. -----

Quero-lhe ainda dizer que a Indaqua tem, com certeza, direitos que lhe são contratualmente garantidos. Mas, quando o exercício de um direito está a ser manifestamente ultrapassado pela boa-fé, nós temos também direito à impugnação. E, portanto, tendo em conta todo este cenário, aquilo que lhe pergunto, Sr. Presidente, é: o que é que o senhor vai fazer em relação a esta concessão, e, já agora, já que se aproximam as eleições, qual é a sua posição sobre uma potencial municipalização da concessão?" -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que referiu que os discursos, em torno desta questão da água, tornam-se algo repetitivos, e que o seu também o será, salvo algumas notas que entende serem relevantes. Julga, assim, que se faz um juízo exagerado, porquanto, importa perceber o contexto em que a concessão foi realizada. -----

Deu nota que o Município tinha cerca de 25% dos alojamentos com água à



porta e 15% dos alojamentos com saneamento, sem capacidade financeira para fazer o investimento que a Indaqua fez, a menos que se endividasse a um nível exorbitante, o que não seria bom para as contas públicas.-----

Salientou que o Município também teve algum papel, no respeitante ao investimento realizado, mas que o maior foi feito pela empresa, o que permitiu que, atualmente, 98% dos alojamentos feirenses tivessem água potável à porta e 97% tivessem saneamento à porta. Relembrou que tais números estão muito acima da média nacional, e, em comparação com municípios da mesma dimensão, Santa Maria da Feira está substancialmente melhor. -----

Disse ainda que podia continuar a enaltecer um conjunto de qualidades que tem o serviço de água, em particular, o serviço de água potável, mencionando os vários prémios que vence em termos de qualidade, as poucas perdas de água que existem e que, o mesmo se aplica, à rede de saneamento e tratamento das águas residuais. Salientou que todos estes recursos são disponibilizados, com qualidade, aos munícipes de Santa Maria da Feira. -- Sobre a temática do rompimento ou não rompimento do contrato da concessão, disse ter algumas dúvidas, assim como o grupo municipal do PSD, em relação ao que foi dito, porquanto, o princípio que está subjacente ao pagamento da água é o princípio do utilizador-pagador. Ora, aquilo que grande parte dos partidos representados nesta Assembleia parecem apresentar é o princípio do contribuinte-pagador, ou seja, um contribuinte que consuma pouca água vai passar a pagar mais para que os contribuintes que consomem mais água passem a ter água mais barata. -----

No que concerne ao preço da água disse ser verdade que o preço é elevado, em termos comparativos, mas que se se considerar o pacote completo, ou seja, água potável, tratamento de águas residuais e os resíduos sólidos, Santa Maria da Feira já não tem um preço tão elevado como é anunciado, recordando que a fatura engloba todos esses serviços. -----

Realçou que, no seu entender, é leviano levantar-se a questão de romper



contratos, focando que isso traria muitos mais encargos aos contribuintes feirenses. -----

Concluindo, salientou que o benefício que resultaria de ter água mais barata, não seria compensado por decisões pouco ponderadas que, posteriormente, se refletiriam no aumento de impostos e, certamente, na ausência de investimentos noutras áreas, também, fundamentais. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por afirmar que tudo o que foi dito era expectável e recorrente. -----

Relativamente ao discurso proferido pelo membro Eduardo Couto, disse compreender a estratégia política, a qual consiste em repetir, sistematicamente, a mesma ideia até que se tornasse uma verdade, estratégia também adotada por outros partidos. -----

Afirmou ter ouvido a expressão "água mais cara do país", mas reiterou que isso não corresponde à realidade, acrescentando que, seguindo o mesmo raciocínio, poderia dizer que o Município tem os tratamentos de resíduos mais baratos do país, algo que os deputados presentes não abordaram, tal como não referiam as recomendações da ERSAR. -----

Referiu que, relativamente à questão dos resíduos, ninguém parecia interessado em reconhecer que os feirenses dispõem de um dos serviços mais baratos do país. Considerou que o membro Eduardo Couto fez uma declaração política coerente com a linha nacional, sustentada por um posicionamento ideológico, que respeita, mas, do qual, discorda. -----

Sobre as palavras proferidas pelo membro Nuno Vieira, recordou que, no ano anterior, já haviam tido a mesma discussão com a CDU. Afirmou que ninguém ali desvalorizava o tema e nem mesmo as posições mais radicais punham em causa duas questões essenciais, salvo a CDU, que são as taxas de cobertura de 98% em abastecimento de água e 97% em saneamento. Reafirmou que a CDU contesta estes números, apesar de serem



reconhecidos pelo regulador e, inclusive, alvo de críticas por parte do Partido Socialista, que apontara que a Câmara executou mais quilómetros de rede de saneamento do que a concessionária.-----

Sublinhou que o Município apresenta taxas de cobertura superiores à média dos países mais ricos da Europa, o que, por si só, representa a maior salvaguarda do interesse público, recordando os presentes se tinham memória da época em que, nesta Assembleia, o debate se centrava na falta de infraestruturas de saneamento e abastecimento de água e se dizia que, por isso, o Concelho estava na “cauda da Europa”. -----

Em resposta ao membro Nuno Vieira e à crítica de que a concessionária não cumprira com as suas obrigações no âmbito do ponto 5.2 do relatório da Comissão de Acompanhamento, disse que a mesma devia ser dirigida à própria Câmara, por não ter realizado os três reservatórios previstos.-----

Acrescentou que compreende o posicionamento ideológico da CDU, mas convidou à comparação com as autarquias lideradas pela CDU, questionando quanto custavam os serviços municipalizados, o número de funcionários envolvidos, a qualidade, ou falta dela, da água, e as elevadas perdas de água registadas, quando se trata de territórios onde se exigiriam perdas muito mais baixas.-----

Quanto à intervenção do membro Carlos Martins, da IL, disse não ser contra a chamada da Comissão de Acompanhamento a este órgão, alertando para o facto de ser a ERSAR a entidade reguladora e não a citada comissão. -----

Sobre as palavras proferidas pelo membro Ângelo Santos, do CDS-PP, disse que o mesmo tem um enviesamento ideológico, retorquindo que a Câmara sempre coloca os feirenses em primeiro lugar, sendo tal uma evidência tal pois enfrentou e resolveu, numa década, um problema de saúde pública patente nos elevados índices de cobertura de abastecimento de água e saneamento.-----

Reforçou que, ao contrário do que era dito, a concessão não foi um erro, dando nota que grandes municípios liderados pelo Partido Socialista



Inês Curto

adotaram o mesmo modelo, embora com anos de atraso face a Santa Maria da Feira, gerida pelo PSD.-----

Desafiou os críticos a colocarem as mesmas questões ao município de Matosinhos ou ao de Oliveira de Azeméis, onde os problemas com as ETAR, a poluição das linhas de água e a falta de abastecimento, são notórios e públicos, tal como referido pelos próprios autarcas, acrescentando que, nesses casos, a solução adotada também foi a concessão, e com a mesma empresa concessionária. -----

Quanto à crítica de que Santa Maria da Feira está de “pés e mãos atadas” no contrato de concessão, disse que percebe destes discursos um regresso à esquerda radical, como o de “rasgar os contratos”, para não pagar e desrespeitar os compromissos assumidos. Realçou que o Município não está assim tão de “pés e mãos atadas” como se alega, mas não revelaria o seu posicionamento sobre a matéria, salvo a defesa do princípio do utilizador/pagador. Em contraste, alertou que as propostas que ouviu levariam, caso fossem implementadas, ao princípio do contribuinte/pagador, o que significaria que, independentemente do consumo, todos os feirenses acabariam por pagar o mesmo.-----

Concluiu dizendo que se trata de um debate com uma forte componente ideológica, em que alguns defendem posições mais coerentes, outros estão confusos, e outros ainda optam por radicalismos à esquerda, ressaltando que, de qualquer forma, é um debate que continuará a ser travado.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminada a discussão destes dois pontos, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento e apreciado os documentos em referência.-----

Reentrou o membro Miguel Branco. -----

Saiu o membro António Valdemar Ribeiro. -----

12 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira



- **Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Mónica Dias Ferreira, por ter atingido o limite de mandatos (designada por deliberação de 29/04/2016)** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 6662, em 28/04/2025, subscrito pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência – documento oportunamente disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal. -----

Informou que deu entrada na Mesa uma única proposta, apresentada pelo grupo municipal do PSD, do seguinte teor: -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

O grupo municipal do PSD, em virtude de a Sra. Mónica Dias Ferreira ter atingido a limitação de mandatos, pretende designar uma cidadã para a substituir na CPCJ de Santa Maria da Feira, apresentando à votação a cidadã:-----

- Mariana Pinho de Magalhães. -----

Pelo que desde já se requer a V. Exa. seja o seu nome sujeito a sufrágio.----

Anexamos: Carta de apresentação e CV.” -----

Após efetuar a leitura da carta de apresentação da referida cidadã, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 31 votos a favor, 2 votos contra, 15 votos em branco e 1 voto nulo, designar a cidadã Mariana Pinho de Magalhães para substituir a cidadã Mónica Dias Ferreira na Comissão em epígrafe. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A Sra. Presidente da Assembleia, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência das seguintes inscrições:-----

1 – Mário Pereira -----

Assunto: Rua da Carvalhosa (em Sanfins) e Linha do Vouga. -----


Ina Curche

2 – António Ribeiro-----

Assunto: Saneamento na zona dos Passionistas.-----

3 – Manuel Carvalho-----

Assuntos: - Qualidade e custo do serviço prestado pela Indaqua (água, saneamento,-----

- Qualidade e custo do serviço de recolha de resíduos,-----

- Qualidade e sinalética (pinturas dos pavimentos) degradadas ou inexistente,-----

- Questões e algumas sugestões.-----

4 – Luís André Santos-----

Assuntos: - Parques fotovoltaicos - qual o estado dos processos de licenciamento, quantos são e onde são,-----

- Qual o custo do aluguer do cineteatro António Lamoso, para a apresentação da candidatura de Amadeu Albergaria, no passado dia 12 de junho,-----

- Qual o ponto de situação do processo da empresa Resiway, a laborar atualmente em Sanfins.-----

Informou aos referidos munícipes que, nos termos regimentais, tinham, cada um, cinco minutos de intervenção, numa intervenção única.-----

Interveio o munícipe **Mário Pereira** que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a amabilidade de já ter respondido à questão relativa à Rua da Carvalhosa. Explicou que pertencia ao movimento cívico pela linha do Vouga e aproveitou a ocasião para expressar a sua profunda preocupação relativamente ao que considerava ser um lobby a favor da mudança de bitola da referida linha.-----

Referiu a existência de um projeto da autoria do engenheiro Nuno Freitas, ex-presidente da CP – Comboios de Portugal, salientando que este possuía uma experiência de dez anos nos caminhos de ferro da Suíça, país que considerava uma referência mundial em excelência ferroviária. Recordou



ainda a experiência da mudança de bitola na linha de Guimarães, apontando que tal processo revelara várias limitações técnicas, entre as quais o maior desgaste do material circulante e a impossibilidade de duplicação da via. --- Acrescentou que uma eventual mudança de bitola implicaria a criação de cerca de 70% de traçado novo, o que considerava desnecessário, e apontou custos estimados em 300 milhões de euros ou mais, apenas para um troço da linha, sem contar com os custos associados a expropriações. Defendeu, por isso, que o essencial seria assegurar uma interface eficaz em Espinho. Sublinhou que os utilizadores que se deslocam diariamente para o Porto já efetuam transbordos entre metro, comboio e autocarro, e que um transbordo adicional não constituiria um problema, desde que os horários fossem devidamente articulados. -----

Partilhou ainda que, apesar de atualmente residir em Sanfins, era natural de Coimbra, cidade onde se viveu o processo do chamado "metro Mondego", que classificou como um verdadeiro pesadelo. Explicou que as populações da região estiveram durante 13 anos sem acesso a qualquer serviço de transporte, devido a um projeto que considerava megalómano e desadequado às necessidades reais. Manifestou o desejo de não ver repetido esse "filme" na região Entre Douro e Vouga, declarando que não eram necessários projetos grandiosos, mas sim a execução do que estava planeado pelo Governo anterior, por considerar que essa era, de facto, a solução mais adequada para a região. -----

Concluiu apelando veementemente a que não fosse cometido o mesmo erro que fora cometido na sua cidade natal, agradecendo a atenção prestada. ---

Feita a chamada, verificou-se que o munícipe António Ribeiro não se encontrava presente. -----

De seguida, usou da palavra o munícipe **Manuel Carvalho**, que iniciou a sua intervenção agradecendo a resposta que lhe havia sido enviada por



email. Como primeira questão, sugeriu que fosse equacionada a alteração do regimento da Assembleia Municipal, no sentido de permitir que a participação do público tivesse lugar no início das sessões. Embora apreciando a oportunidade de intervir, defendeu que essa mudança contribuiria para uma maior acessibilidade e valorização da intervenção cívica, beneficiando todos os cidadãos. -----

Relativamente à questão da Indaqua, referiu que apreciara a “batalha verbal simpática” ocorrida durante o debate. Apresentou, de seguida, três perguntas sobre o tema. Em primeiro lugar, solicitou a indicação de um estudo científico que sustentasse a relação de proporcionalidade entre o consumo de água e o valor cobrado pela recolha de resíduos. Justificou esta questão com o facto de separar cuidadosamente todos os seus resíduos e quase não entregar lixo à Suldouro, considerando, por isso, incompreensível ter de pagar um valor elevado por esse serviço. -----

Em segundo lugar, referiu ter consultado o regulamento relativo à taxa de rede e manifestou dúvidas quanto à sua vigência, que lhe pareceu estar prevista até ao ano de 2026. Pediu, nesse sentido, uma clarificação sobre os prazos definidos no referido documento. -----

Em terceiro lugar, regressou à temática dos resíduos, manifestando dificuldade em compreender a atuação da Suldouro. Apontou que, apesar de ser incentivada a separação seletiva, os contentores se encontravam frequentemente cheios, impossibilitando o correto depósito dos resíduos. Defendeu, por isso, o reforço da frequência da recolha, lembrando que os munícipes, ao procederem à separação, estavam a prestar um serviço ao Município. Criticou ainda o tipo de contentores utilizados, embora tenha reconhecido tratar-se de um tema que exigiria uma discussão autónoma. --

Mudando de assunto, abordou a situação das estradas, começando por felicitar a Câmara Municipal pela excelente sinalização horizontal existente no Europarque e pelo facto de estar em ótimo estado, registando que o mesmo não se passava no resto do concelho, nomeadamente, no percurso



de Canedo em direção a Romariz, cujas ruas não apresentam qualquer marcação. Alegou que tal situação contribuía para acidentes e discussões entre condutores, e que estava disposto a indicar as ruas em causa. Questionou ainda por que motivo, após a colocação de novo pavimento, a sinalização não era imediatamente reposta. Admitiu compreender um atraso de uma ou duas semanas, mas afirmou que, em muitas situações, a pintura nunca chegava a ser realizada. Questionou se tal se devia ao custo da tinta ou a outro fator, considerando a situação inadmissível. Partilhou que já tinha sofrido um acidente grave, que poderia ter tido consequências fatais, e usou como exemplo a zona industrial de Canedo, onde, segundo relatou, a sinalética era inexistente e os acessos a empresas e habitações se encontravam mal executados. Perguntou por que razão isso acontecia e porque não era exigida maior qualidade na execução dessas obras. Referiu já ter danificado a sua viatura devido a essas deficiências. ----- Apesar das críticas, frisou que residia no concelho há cerca de 20 anos e que gostava de viver na região, lamentando apenas que algumas situações, de simples solução, continuassem por resolver. ----- Concluiu a sua intervenção com uma recomendação dirigida aos eleitos locais, apelando a que os documentos e orçamentos, tanto da maioria como da oposição, fossem redigidos com maior clareza e objetividade. Considerou que, na generalidade, os documentos apresentam intenções genéricas, sem o devido detalhe quanto aos planos, prazos ou custos de execução. Sublinhou que, na sua atividade profissional, trabalhava com rigor e detalhe, razão pela qual entendia que o mesmo nível de exigência deveria ser aplicado à gestão pública.-----

Interveio o munícipe **Luís André Santos**, que informou ter estado presente na reunião de Câmara, realizada nesse dia, onde tomou conhecimento de que estavam previstos parques fotovoltaicos para as freguesias de Romariz, São João de Ver e Sanfins sobre os quais existiam processos judiciais em



curso, estando convicto de que, a curto ou médio prazo, tais projetos se concretizariam por, a seu ver, tratar-se de uma situação praticamente irreversível. Nesse sentido, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fosse feita uma divulgação pública do tema, sublinhando tratar-se de uma matéria de grande relevância e com impacto significativo nas populações envolvidas. Defendeu que seria importante a autarquia assumir, com transparência, que estes projetos estavam em curso e que, com elevada probabilidade, seriam consumados. -----

Solicitando respostas ao segundo ponto, abordou o terceiro, dizendo que a empresa Resiway, alegadamente se encontraria envolvida num processo que determinaria a sua saída de Sanfins. Explicou que se tratava de uma empresa ligada ao setor dos óleos e que se especulava sobre a sua possível transferência para a freguesia de Canedo, e embora não houvesse confirmação oficial era importante que esta informação fosse partilhada com as populações. -----

Por fim, relatou ter apresentado, a 24 de fevereiro de 2025, um pedido formal à Câmara Municipal, tendo-lhe sido comunicado que a resposta já lhe teria sido enviada. Conclui, expressando a sua tristeza ao saber que existem deputados municipais que aguardam respostas aos seus pedidos desde 2023 e registando o compromisso assumido pelo Sr. Presidente de que seriam dadas respostas a todos os pedidos pendentes.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos aos munícipes. Assim, dirigindo-se ao munícipe, Mário Pereira, disse querer manifestar o seu respeito por todos os movimentos cívicos, no entanto, frisou que quem representa legitimamente as populações são os autarcas eleitos em sufrágio direto pelas comunidades. -----

Esclareceu, ainda, que a posição assumida por todos os autarcas da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria é clara e consensual, na defesa da implementação da bitola ibérica entre Oliveira de Azeméis e



Espinho, opção que permitiria a ligação direta à Linha do Norte e, consequentemente, um acesso mais rápido à cidade do Porto. Acrescentou não existirem divergências entre os autarcas relativamente a este objetivo, que considerava vital para as populações. -----

Referiu que, ao contrário do cenário invocado pelo munícipe, os representantes locais sabiam bem o que pretendiam e como defender os interesses das suas populações, nomeadamente, neste concelho com um forte peso no setor das exportações. Sublinhou que, sendo natural de São João de Ver, conhecia profundamente a ligação histórica da freguesia à linha férrea e garantiu que jamais defenderia algo que pudesse prejudicar a sua própria terra, tal como acontecia com os Presidentes das Juntas das Freguesias de Paços de Brandão ou o de Rio Meão. Referiu ainda que, entre Oliveira de Azeméis e Aveiro, passando por Águeda, o que está previsto pelo Governo é manter a linha métrica, o que respeitava. No entanto, reiterou a convicção de que os feirenses preferem a bitola ibérica, por ser aquela que garantiria um serviço ferroviário verdadeiramente útil às populações. -----

Sublinhou que essa posição era defendida de forma clara pelos autarcas eleitos, sendo igualmente a orientação expressa pela Área Metropolitana do Porto, pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e pelo atual Governo de Portugal, que se encontra a desenvolver estudos sobre a matéria. Continuou dizendo que, a seu ver, fazer um novo interface em Espinho, mantendo a bitola métrica, não fazia sentido, quando era possível optar pela bitola ibérica, solução técnica e estrategicamente superior. Acrescentou que os autarcas destes concelhos também contam com o aconselhamento de especialistas de renome nas áreas da engenharia e da ferrovia, que não só tinham prestado apoio na análise da linha do Vale do Vouga, como também na definição do projeto da Linha de Alta Velocidade. -----

De seguida, referindo-se à questão da intervenção do público nas sessões da Assembleia Municipal, afirmou que, enquanto exerceu funções de Presidente da Assembleia Municipal, sempre defendeu que a participação dos cidadãos



deveria ocorrer no final das sessões. Justificou essa posição com o facto de os eleitos ali presentes terem apresentado candidaturas, sido sujeitos a sufrágio e estarem legitimados para representar os seus concidadãos, merecendo, por isso, ser os principais protagonistas nos trabalhos da assembleia. Alertou ainda para o risco de, como se tem vindo a assistir, a intervenção do público poder ser subvertida, desvirtuando o seu espírito e, mais grave, colocando em causa a legitimidade democrática dos eleitos. ---- Prosseguiu aludindo à intervenção feita pelo munícipe Manuel Carvalho, e, em relação à questão dos resíduos, o Sr. Presidente recordou que já abordado o tema, sendo evidente que os resíduos, depois de separados, têm de ser tratados. Acrescentou que o Município pratica uma das tarifas mais baixas e não tendo compreendido totalmente a situação reportada solicitaria a ata da reunião para posteriormente responder.-----

Quanto à sinalização, esclareceu que o concelho dispõe de 1600 quilómetros de estrada e que, durante o atual mandato, foi executada a 10.^a fase de pavimentações, num investimento de cerca de 3,5 milhões de euros, abrangendo as 31 freguesias. Acrescentou que a 11.^a fase se encontra em fase final de preparação, estando alguns concursos já lançados e outros prestes a sê-lo, bem como obras prestes a iniciar em todas as freguesias. Informou ainda que foi realizada uma renovação significativa da sinalização horizontal e vertical, e que os presidentes de junta presentes na sessão poderiam confirmar essa intervenção. Destacou que os trabalhos decorrem por lotes, tendo em conta que se trata de um concelho com cerca de 140 mil habitantes e grande dispersão territorial. -----

Reforçou que existe uma divisão municipal dedicada exclusivamente à manutenção da rede viária, com engenheiros que diariamente se ocupam da gestão e desenvolvimento de projetos. Garantiu que o Município continuará empenhado neste trabalho, reconhecendo, no entanto, que nem sempre será possível corresponder, com a celeridade desejada, às expectativas da população. -----



Referiu que existem, efetivamente, problemas nas estradas, mas que há também um plano de trabalhos e de sinalização, tanto horizontal como vertical, em curso. -----

Sobre as questões do munícipe Luís André Santos, o Sr. Presidente referiu que, relativamente à questão dos parques fotovoltaicos, era positivo que o tema voltasse a ser abordado, uma vez que, da primeira vez, na reunião da Câmara, a mensagem da vereadora Ana Ozório não tinha sido compreendida por aquele munícipe. Assim, concedeu novamente a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, **Ana Ozório**, a qual esclareceu que o munícipe Luís André Santos, na reunião camarária, interpretou incorretamente a informação que transmitiu. Especificou, assim, que deram entrada três pedidos de instalação de parques fotovoltaicos em localizações distintas do concelho, tendo todos sido liminarmente indeferidos, ou seja, não reuniram qualquer viabilidade técnica ou jurídica. Adiantou que, não estando de acordo com as decisões da Câmara, os requerentes optaram por recorrer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, apresentando ações administrativas. Explicou que, neste momento, o papel do município se limita a acompanhar esses processos judiciais. Concluiu afirmando que, neste momento, não existe qualquer processo viável relacionado com a instalação de parques fotovoltaicos no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Interveio, de seguida, a Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, em resposta à questão do munícipe Luís André Santos sobre os custos associados ao aluguer do Cineteatro António Lamoso para a apresentação da candidatura de Amadeu Albergaria, ocorrida no dia 12 de junho, informou que foi cobrado o valor previsto no preçário em vigor, 894,31 euros, acrescidos de IVA, perfazendo um total de 1.100 euros. -----



Usou novamente da palavra a Sra. Vereadora **Ana Ozório** que, relativamente à questão da empresa Resiway, referiu que a mesma se encontra sediada em Sanfins e que o edificado possui título de utilização desde 2015. Informou que o eventual encerramento não é do conhecimento da Câmara pelo que a questão deverá ser colocada diretamente à própria. Explicou que, há cerca de um ano e meio, foi apenas feito um pedido de informação, pela empresa, sobre uma eventual pretensão em Canedo, que não deu origem a qualquer processo formal de licenciamento, não havendo, desde então, qualquer desenvolvimento. -----

Prestados os esclarecimentos, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 30 minutos do dia 1 de julho de 2025, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,